

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santos Brasil Participações S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos e Tecon Imbituba.

Em 22 de agosto de 2016, as *units* negociadas pelo *ticker* STBP11 sob a observância das Práticas de Governança Corporativa - Nível 2, foram canceladas e convertidas na totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias passando a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 – Brasil Bolsa Balcão, sob o *ticker* STBP3.

a) Contexto operacional da filial operacional Tecon Santos

A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97.

Em 30 de setembro de 2015, foi celebrado o Quinto Termo de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69.97 de 28 de novembro de 1997 referente a filial operacional Tecon Santos, entre a União Federal, por meio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e a Companhia, com a interveniência da ANTAQ e da CODESP. O Quinto Aditamento prorroga, de forma antecipada, o prazo de vigência do contrato de arrendamento até 28 de novembro de 2047.

b) Contexto operacional da filial operacional Tecon Imbituba (“Tecon Imbituba”)

A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 da Concorrência nº 01/07 - Administração do porto.

Essa filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento e seu aditivo nº 1 com vigência de junho de 2007 a junho de 2032, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços da Tecon Imbituba.

- c) Contexto operacional da controlada Santos Brasil Logística S.A.
("Santos Brasil Logística")

A controlada Santos Brasil Logística, tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada e de desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação e exportação e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois Centros Logísticos Industriais Alfandegados - CLIAs.

- d) Contexto operacional da controlada Terminal de Veículos de Santos S.A. ("TVS")

Em janeiro de 2010, a controlada TVS, por meio de sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, a operação e os investimentos nas instalações portuárias, visando à movimentação e armazenagem de veículos, relativos à exportação, importação e cabotagem, nos termos do contrato de arrendamento celebrado naquela data.

Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao TEV, já prevista no contrato de arrendamento, contemplando aproximadamente 27.500 m², mediante a solicitação e aprovação da Administração do porto.

- e) Contexto operacional da controlada Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.
("Convicon")

A controlada indireta Convicon tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2 do Contrato nº 14/03, que, até então, era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins, que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

Em 16 de novembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU o Extrato do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado entre Convicon e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC"), com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi à prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033.

- f) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Tecon 1 com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

A filial operacional Tecon Santos, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso referente ao lance no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período, conforme contrato inicial), corrigidas anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.

Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de embarques e desembarques nas operações dos navios. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% do somatório das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

Em razão do Quinto Aditamento ao contrato original, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2020, o montante de R\$1.276.859 em obras e demais intervenções para garantir a consolidação de um terminal que alcance a capacidade dinâmica mínima de 1.500.000 contêineres por ano. O projeto executivo referente aos investimentos aprovados foi protocolado na Secretaria Especial de Portos - SEP em 29 de setembro de 2016. Caso o valor investido seja inferior ao compromissado, a diferença deverá ser paga em parcela única à CODESP. Será incorporada ao contrato de arrendamento da filial operacional Tecon Santos a área de 13.346 m², mediante a conclusão da extensão de 220 m² do cais público.

Esse aditamento altera o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC, a partir de 1º de outubro de 2015, que prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores caso não seja atingida ou exceda a MMC, conforme nota explicativa nº 18. A partir do final do ano de 2020 ou da conclusão dos investimentos previstos a MMC passará de 513.000 contêineres por ano para 590.000 contêineres por ano.

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CODESP, em utilização pela filial, devem ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, tais como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão revertidos a favor da CODESP após o término ou a extinção do contrato.

Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou requerimento ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC") pleiteando revisão do cronograma de investimentos, mantendo-se inalterado o montante de investimento previsto e restringindo-se ao reescalamento do período de execução com previsão de conclusão até 2031 com investimento mínimo de R\$360.000 até o final de 2022.

- g) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Tecon Imbituba com a SCPAR Porto de Imbituba S.A. - SCPAR, sucessora da Companhia Docas de Imbituba - CDI

A filial operacional Tecon Imbituba, compondo a parcela fixa do arrendamento, tem o compromisso de pagamento mensal pelo uso da área total arrendada, conforme nota explicativa nº 18.

O compromisso de investimentos mínimos contempla obras de ampliação da retroárea, bem como construção de área administrativa, *gates* e armazém, obras de reforço e contenção de berço e expansão desse berço em mais 120 metros. Inclui, também, a aquisição de equipamentos para o cais e a retroárea compatíveis com as instalações, ou seja, guindastes móveis de cais (*Mobile Harbour Crane* - MHC), *reach stackers*, caminhões com reboques e empilhadeiras. Novos equipamentos de cais e retroárea devem ser comprados no decorrer dos anos, para repor os existentes e aumentar a capacidade de movimentação do Terminal.

Compondo a parcela variável do arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 18.

Existe, também, o compromisso de movimentação mínima pelo Terminal de 65.000 contêineres no primeiro ano de atividade, 150.000 contêineres no segundo ano de atividade, 280.000 contêineres no terceiro ano de atividade e 360.000 contêineres a partir do quarto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 18.

Padrões operacionais foram estabelecidos de modo que a Tecon Imbituba deve realizar, no mínimo, 6 movimentos por hora por terno, quando utilizado recurso de bordo, e, no mínimo, 15 movimentos por hora por terno, quando utilizado MHC.

Em 1º de julho de 2016, a Companhia protocolou, o pedido de recomposição de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba, no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, até o presente momento o mérito não foi apreciado pelo mesmo.

- h) Compromissos principais do contrato de exploração do Terminal de Carga Geral com a SCPAR, sucessora da CDI

A filial operacional Tecon Imbituba - Terminal de Carga Geral tem compromisso de investimentos mínimos que contemplam ampliação de armazém em 1.500 m², construção de novo armazém de 3.000 m², reparos na pavimentação, nas ruas, nas cercas e nos portões, implantação de instalações e redes de serviços e ampliação da capacidade de contêineres refrigerados. Além disso, o contrato prevê a implantação do *ISPS Code* e do Plano de Segurança Pública Portuária - PSPP do Porto de Imbituba, bem como a aquisição de equipamentos próprios para movimentação de carga geral.

O Terminal é obrigado a pagar por tonelada movimentada, mensalmente, a título da área arrendada, e por tonelada por navio, a título de remuneração de infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 18.

O Terminal tem compromisso de movimentação mínima de carga geral de 120 mil toneladas no primeiro ano de atividade, 140 mil toneladas no segundo ano de atividade, 180 mil toneladas no terceiro ano de atividade e 200 mil toneladas do quarto ano de atividade até o término do contrato. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 18.

i) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do TEV com a CODESP

A TVS tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo Terminal de 182.931 veículos no ano de 2011, 214.147 veículos no ano de 2012, 250.691 veículos no ano de 2013, 293.470 veículos no ano de 2014 e 300.000 veículos a partir do ano de 2015. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 18.

O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao Terminal e ao cais público e a construção de *gate* e guarita para acesso interno do Terminal.

Compondo a parcela mensal do arrendamento, existem os compromissos de pagamento pelo uso da área total arrendada e da infraestrutura. Existe, também, o compromisso de pagamento por veículo movimentado, conforme nota explicativa nº 18.

j) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Convicon com a Companhia Docas do Pará - CDP

A Convicon tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de, pelo menos, 20.000 m² do lote A e aquisição de equipamentos necessários para que este esteja apto a movimentar, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do contrato.

Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração da Convicon, a controlada está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado e tonelada movimentada de carga unitizada, conforme nota explicativa nº 18. As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Convicon, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão revertidos à CDP após o término ou a extinção do contrato.

A Convicon tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração da Convicon ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas de aluguéis mensais acrescidas, em setembro de cada ano, da reposição da inflação por meio do IGP-M.

Em razão do Oitavo Aditamento ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2033, o montante de R\$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas.

2. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integrais:

	Participação - %	
	31.12.2017	31.12.2016
Controladas diretas:		
Terminal Portuário de Veículos S.A. ("TPV")	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. ("Pará Empreendimentos")	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. ("TVS")	100	100
Numeral 80 Participações S.A. ("Numerar 80")	100	100
Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística")	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Convicon")	100	100

3. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 18 de junho de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 2 – consolidação: determinação se de fato a Companhia detém o controle;
- Nota explicativa nº 19 – classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 14 – teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota explicativa nº 17 – reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;
- Nota explicativa nº 26 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro;
- Nota explicativa nº 28 – mensuração de obrigações de benefícios: principais premissas atuariais.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 25 – Plano de opção de compra de ações; e
- Nota explicativa nº 29 – Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e por suas controladas, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

Controladas

As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações contábeis.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações contábeis são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação.

c) Receita operacional

A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembarço aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada. As operações logísticas são referentes, principalmente, ao transporte e à armazenagem nos centros de distribuição. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado, quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com o contrato do cliente, e a receita de frete é reconhecida quando ocorre a entrega da mercadoria que foi armazenada.

d) Instrumentos financeiros e de patrimônio

Ativos financeiros e passivos não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

Instrumentos de patrimônio

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda e emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

e) Ajuste a valor presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos de liquidação serem inferiores a 60 dias.

f) Estoques

Os estoques, representados, principalmente, por itens de manutenção, são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

g) Investimentos

Os investimentos em controladas e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo, ou que estejam sob controle comum, são avaliados pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

h) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os equipamentos de carga apresentados no imobilizado são equipamentos não reversíveis ao final dos contratos de arrendamentos.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i) Ativos intangíveis

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis.

O intangível de concessão é medido pelo custo e amortizado pelo prazo de concessão. O intangível de concessão é testado e deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se necessário.

O intangível de concessão gerado nas aquisições de entidades que detêm direitos de exploração é amortizado pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Gastos subsequentes

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

j) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

1) Benefícios a empregados

Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme nota explicativa nº 6.e).

Assistência médica complementar

Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 28.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

o) Imposto de renda e contribuição social

Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações contábeis e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

p) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

q) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, e os dividendos e juros sobre o capital próprio, recebidos como fluxo de caixa de investimento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

t) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado - VJR. A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia e suas controladas não consideram que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na Companhia.

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48 / IFRS 9, principalmente para as operações de Terminais Retroportuários Alfandegados - TRAs, pois serão considerados, para fins de provisão para créditos de liquidação duvidosa, também, os títulos a vencer e vencidos até 90 dias.

CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com clientes

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas entre outras.

A IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bem ou serviços para um cliente.

As 5 etapas são: 1) identificar os contratos com o cliente; 2) identificar as obrigações de desempenho do contrato; 3) determinar o preço da transação; 4) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho do contrato e; 5) reconhecer a receita quando (ou na medida que) a entidade satisfaz as obrigações de desempenho.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Até o momento, com base em sua avaliação, a Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18) em relação ao reconhecimento da receita dos serviços, sejam eles de cais, armazenamento e transporte. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas.

A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente essa norma. A Administração da Companhia avaliou a norma e seus impactos e entende que a aplicação deste pronunciamento não irá gerar impacto significativo nas suas demonstrações contábeis, sejam elas no resultado do exercício, bem como em seu patrimônio líquido.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas pretendem aplicar a IFRS 16 / CPC 06 (R2) inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 / CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia e suas controladas não são obrigadas a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

De acordo com a avaliação preliminar da Administração, essa norma não trará um impacto significativo, uma vez que as parcelas de arrendamento são considerados como arrendamento operacional, conforme nota explicativa nº 19, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRSs 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40);
- Alterações ao CPC 36 (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e ao CPC 18 (IAS 28) - Investimento em Coligada em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

5. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A Companhia protocolou, em 1º de março de 2016, consulta formal à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, no sentido de obter a manifestação quanto à aplicação da mudança de estimativa contábil decorrentes da prorrogação do prazo de vigência do contrato de arrendamento (para 28 de novembro de 2047) da filial operacional Tecon Santos, mediante a celebração do Quinto Aditamento ao Contrato de Arrendamento, em 30 de setembro de 2015.

Em 13 de abril de 2018, após recebimentos de alguns Ofícios da CVM a respeito desse assunto e recursos interpostos pela Companhia o órgão regulador decidiu que, desde o momento em que foi deferida a prorrogação antecipada do arrendamento do Tecon Santos, a Companhia encontra-se autorizada a estender os prazos de amortização e depreciação dos ativos e bens vinculados à exploração do referido terminal, até o fim da vida útil esperada dos respectivos ativos e bens ou do término do novo prazo contratual, o que ocorrer primeiro. Entretanto também exigiu a alteração da prática contábil de arrendamento operacional, no que tange às parcelas de arrendamento do Tecon Santos.

Em atendimento ao Ofício nº 089/2018/CVM/SEP/GEA-5 da CVM, a Companhia está reapresentando as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, e os saldos de abertura do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2016.

Para os arrendamentos das áreas portuárias vinculadas as concessões, a Companhia e suas controladas adotavam a prática contábil, conforme o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, reconhecendo, os pagamentos como despesas de aluguel, no resultado ao longo do período contratual, de maneira linear.

Conforme determinação da CVM, a Companhia passa a reconhecer os contratos de arrendamentos de áreas portuárias como ativos intangíveis em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo, em rubrica especialmente criada para esse fim “Obrigações com poder concedente”.

Além disso, a CVM determinou, também, a reclassificação das benfeitorias e dos equipamentos necessários à operação portuária, do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Apesar da determinação da CVM fazer referência tão somente ao contrato do Tecon Santos, a Companhia passa adotar essa nova prática para todos os seus contratos de arrendamentos vinculados a concessões portuárias, incluindo os detidos por suas controladas.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

a) Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2017	Impactos					
	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<u>Ativo circulante</u>	<u>308.362</u>	<u>(159)</u>	<u>308.203</u>	<u>403.414</u>	<u>-</u>	<u>403.414</u>
Dividendos a receber	2.157	(159)	1.998	-	-	-
Outros	306.205	-	306.205	403.414	-	403.414
<u>Ativo não circulante</u>	<u>1.531.127</u>	<u>730.604</u>	<u>2.261.731</u>	<u>1.512.844</u>	<u>848.432</u>	<u>2.361.276</u>
Ativo fiscal diferido	-	21.955	21.955	18.220	25.653	43.873
Investimentos	362.894	(7.021)	355.873	-	-	-
Ativo imobilizado	732.716	(649.147)	83.569	853.896	(656.661)	197.235
Ativo intangível	175.864	1.364.817	1.540.681	367.587	1.479.440	1.847.027
Outros	259.653	-	259.653	273.141	-	273.141
<u>Total de ativos</u>	<u>1.839.489</u>	<u>730.445</u>	<u>2.569.934</u>	<u>1.916.258</u>	<u>848.432</u>	<u>2.764.690</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>264.488</u>	<u>23.081</u>	<u>287.569</u>	<u>314.288</u>	<u>28.039</u>	<u>342.327</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	728	(615)	113	728	(615)	113
Fornecedores	66.174	(37.115)	29.059	96.702	(37.115)	59.587
Obrigações com poder concedente	-	60.811	60.811	-	65.769	65.769
Outros	197.586	-	197.586	216.858	-	216.858
<u>Passivo não circulante</u>	<u>184.352</u>	<u>767.193</u>	<u>951.545</u>	<u>211.321</u>	<u>880.222</u>	<u>1.091.543</u>
Passivo fiscal diferido	5.488	(5.488)	-	15.732	(5.488)	10.244
Obrigações com poder concedente	-	772.681	772.681	-	885.710	885.710
Outros	178.864	-	178.864	195.589	-	195.589
<u>Total de passivos</u>	<u>448.840</u>	<u>790.274</u>	<u>1.239.114</u>	<u>525.609</u>	<u>908.261</u>	<u>1.433.870</u>

31 de dezembro de 2017**Impactos**

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Reserva de lucros	248.160	(58.478)	189.682	248.160	(58.478)	189.682
Dividendos adicionais propostos	1.351	(1.351)	-	1.351	(1.351)	-
Outros	<u>1.141.138</u>	<u>-</u>	<u>1.141.138</u>	<u>1.141.138</u>	<u>-</u>	<u>1.141.138</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.390.649</u>	<u>(59.829)</u>	<u>1.330.820</u>	<u>1.390.649</u>	<u>(59.829)</u>	<u>1.330.820</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido	<u>1.839.489</u>	<u>730.445</u>	<u>2.569.934</u>	<u>1.916.258</u>	<u>848.432</u>	<u>2.764.690</u>

31 de dezembro de 2016**Impactos**

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<u>Ativo circulante</u>	<u>197.798</u>	<u>-</u>	<u>197.798</u>	<u>318.463</u>	<u>-</u>	<u>318.463</u>
<u>Ativo não circulante</u>	<u>1.619.934</u>	<u>736.983</u>	<u>2.356.917</u>	<u>1.575.380</u>	<u>838.142</u>	<u>2.413.522</u>
Ativo fiscal diferido	-	1.830	1.830	523	5.087	5.610
Investimentos	400.357	(6.656)	393.701	-	-	-
Ativo imobilizado	779.038	(685.784)	93.254	919.616	(694.850)	224.766
Ativo intangível	187.255	1.427.593	1.614.848	388.165	1.527.905	1.916.070
Outros	<u>253.284</u>	<u>-</u>	<u>253.284</u>	<u>267.076</u>	<u>-</u>	<u>267.076</u>
Total de ativos	<u>1.817.732</u>	<u>736.983</u>	<u>2.554.715</u>	<u>1.893.843</u>	<u>838.142</u>	<u>2.731.985</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>242.944</u>	<u>22.095</u>	<u>265.039</u>	<u>284.389</u>	<u>27.067</u>	<u>311.456</u>
Fornecedores	54.014	(19.341)	34.673	73.514	(19.341)	54.173
Obrigações com poder concedente	-	41.436	41.436	-	46.408	46.408
Outros	<u>188.930</u>	<u>-</u>	<u>188.930</u>	<u>210.875</u>	<u>-</u>	<u>210.875</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>185.656</u>	<u>767.425</u>	<u>953.081</u>	<u>220.322</u>	<u>863.612</u>	<u>1.083.934</u>
Passivo fiscal diferido	21.810	(21.810)	-	33.919	(21.982)	11.937
Obrigações com poder concedente	-	789.235	789.235	-	885.594	885.594
Outros	<u>163.846</u>	<u>-</u>	<u>163.846</u>	<u>186.403</u>	<u>-</u>	<u>186.403</u>
Total de passivos	<u>428.600</u>	<u>789.520</u>	<u>1.218.120</u>	<u>504.711</u>	<u>890.679</u>	<u>1.395.390</u>
Reserva de lucros	245.354	(52.537)	192.817	245.354	(52.537)	192.817
Outros	<u>1.143.778</u>	<u>-</u>	<u>1.143.778</u>	<u>1.143.778</u>	<u>-</u>	<u>1.143.778</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.389.132</u>	<u>(52.537)</u>	<u>1.336.595</u>	<u>1.389.132</u>	<u>(52.537)</u>	<u>1.336.595</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido	<u>1.817.732</u>	<u>736.983</u>	<u>2.554.715</u>	<u>1.893.843</u>	<u>838.142</u>	<u>2.731.985</u>

1º de janeiro de 2016

	Impactos					
	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante	<u>305.253</u>	<u>-</u>	<u>305.253</u>	<u>374.037</u>	<u>-</u>	<u>374.037</u>
Ativo não circulante	<u>1.682.272</u>	<u>594.366</u>	<u>2.276.638</u>	<u>1.644.414</u>	<u>684.502</u>	<u>2.328.916</u>
Ativo fiscal diferido	-	-	-	442	2.888	3.330
Investimentos	425.007	(6.053)	418.954	-	-	-
Ativo imobilizado	820.079	(724.588)	95.491	981.261	(737.910)	243.351
Ativo intangível	199.641	1.325.007	1.524.648	409.879	1.419.524	1.829.403
Outros	<u>237.545</u>	<u>-</u>	<u>237.545</u>	<u>252.832</u>	<u>-</u>	<u>252.832</u>
Total de ativos	<u>1.987.525</u>	<u>594.366</u>	<u>2.581.891</u>	<u>2.018.451</u>	<u>684.502</u>	<u>2.702.953</u>
Passivo circulante	<u>280.086</u>	<u>14.571</u>	<u>294.657</u>	<u>253.931</u>	<u>18.536</u>	<u>272.467</u>
Fornecedores	41.015	(17.365)	23.650	59.885	(17.365)	42.520
Obrigações com poder concedente	-	31.936	31.936	-	35.901	35.901
Outros	<u>239.071</u>	<u>-</u>	<u>239.071</u>	<u>194.046</u>	<u>-</u>	<u>194.046</u>
Passivo não circulante	<u>300.221</u>	<u>624.325</u>	<u>924.546</u>	<u>357.302</u>	<u>710.496</u>	<u>1.067.798</u>
Passivo fiscal diferido	26.997	(19.824)	7.173	46.878	(20.055)	26.823
Obrigações com poder concedente	-	644.149	644.149	-	730.551	730.551
Outros	<u>273.224</u>	<u>-</u>	<u>273.224</u>	<u>310.424</u>	<u>-</u>	<u>310.424</u>
Total de passivos	<u>580.307</u>	<u>638.896</u>	<u>1.219.203</u>	<u>611.233</u>	<u>729.032</u>	<u>1.340.265</u>
Reserva de lucros	265.264	(44.530)	220.734	265.264	(44.530)	220.734
Outros	<u>1.141.954</u>	<u>-</u>	<u>1.141.954</u>	<u>1.141.954</u>	<u>-</u>	<u>1.141.954</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.407.218</u>	<u>(44.530)</u>	<u>1.362.688</u>	<u>1.407.218</u>	<u>(44.530)</u>	<u>1.362.688</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido	<u>1.987.525</u>	<u>594.366</u>	<u>2.581.891</u>	<u>2.018.451</u>	<u>684.502</u>	<u>2.702.953</u>

b) Demonstrações do resultado e resultado abrangente

31 de dezembro de 2017

	Impactos					
	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custo dos serviços prestados	(457.266)	36.493	(420.773)	(686.694)	40.333	(646.361)
Equivalência patrimonial	42.330	(524)	41.806	-	-	-
Despesas financeiras	(30.152)	(47.679)	(77.831)	(33.647)	(52.312)	(85.959)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	13.199	3.803	17.002	32.585	4.072	36.657
Outros	<u>434.475</u>	<u>-</u>	<u>434.475</u>	<u>690.342</u>	<u>-</u>	<u>690.342</u>
Lucro líquido	<u>2.586</u>	<u>(7.907)</u>	<u>(5.321)</u>	<u>2.586</u>	<u>(7.907)</u>	<u>(5.321)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>(6.402)</u>	<u>-</u>	<u>(6.402)</u>	<u>(6.402)</u>	<u>-</u>	<u>(6.402)</u>
Total do resultado abrangente	<u>(3.816)</u>	<u>(7.907)</u>	<u>(11.723)</u>	<u>(3.816)</u>	<u>(7.907)</u>	<u>(11.723)</u>

31 de dezembro de 2016

	Impactos					
	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custo dos serviços prestados	(481.733)	37.011	(444.722)	(704.455)	40.864	(663.591)
Equivalência patrimonial	(9.679)	(603)	(10.282)	-	-	-
Despesas financeiras	(49.190)	(48.231)	(97.421)	(49.711)	(52.997)	(102.708)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	4.066	3.816	7.882	11.779	4.126	15.905
Outros	<u>516.626</u>	-	<u>516.626</u>	<u>722.477</u>	-	<u>722.477</u>
Lucro líquido	<u>(19.910)</u>	<u>(8.007)</u>	<u>(27.917)</u>	<u>(19.910)</u>	<u>(8.007)</u>	<u>(27.917)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>(2.443)</u>	-	<u>(2.443)</u>	<u>(2.443)</u>	-	<u>(2.443)</u>
Total do resultado abrangente	<u>(22.353)</u>	<u>(8.007)</u>	<u>(30.360)</u>	<u>(22.353)</u>	<u>(8.007)</u>	<u>(30.360)</u>

c) Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2017

	Impactos					
	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.613)	11.710	(22.323)	(19.196)	11.979	(31.175)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:						
Depreciações e amortizações	62.456	(34.136)	96.592	92.566	(40.416)	132.982
Equivalência patrimonial	(42.330)	(524)	(41.806)	-	-	-
Juros sobre obrigações com poder concedente	-	(47.679)	47.679	-	(52.312)	52.312
Outros	<u>44.631</u>	-	<u>44.631</u>	<u>47.296</u>	-	<u>47.296</u>
	54.144	(70.629)	124.773	120.666	(80.749)	201.415
Variações nos ativos e passivos operacionais:						
Fornecedores	12.160	17.774	(5.614)	23.188	17.774	5.414
Outros	<u>(12.442)</u>	-	<u>(12.442)</u>	<u>(15.604)</u>	-	<u>(15.604)</u>
	53.862	(52.855)	106.717	128.250	(62.975)	191.225
Pagamentos obrigações com poder concedente	-	52.855	(52.855)	-	62.975	(62.975)
Outros ajustes para reconciliar o lucro	<u>(8.848)</u>	-	<u>(8.848)</u>	<u>(20.661)</u>	-	<u>(20.661)</u>
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais	45.014	-	45.014	107.589	-	107.589
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas (aplicados nas) atividades de investimento	74.899	-	74.899	(6.228)	-	(6.228)
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de financiamento	<u>(11.857)</u>	-	<u>(11.857)</u>	<u>(23.187)</u>	-	<u>(23.187)</u>
	<u>108.056</u>	-	<u>108.056</u>	<u>78.174</u>	-	<u>78.174</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA REPRESENTADO POR						
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	113.406	-	113.406	192.557	-	192.557
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>221.462</u>	-	<u>221.462</u>	<u>270.731</u>	-	<u>270.731</u>
	<u>108.056</u>	-	<u>108.056</u>	<u>78.174</u>	-	<u>78.174</u>

31 de dezembro de 2016

	Impactos					
	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(18.438)	11.823	(30.261)	(22.279)	12.133	(34.412)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:						
Depreciações e amortizações	64.344	(29.233)	93.577	96.022	(34.941)	130.963
Equivalência patrimonial	9.679	(603)	10.282	-	-	-
Juros sobre obrigações com poder concedente	-	(48.231)	48.231	-	(52.996)	52.996
Outros	<u>66.874</u>	<u>-</u>	<u>66.874</u>	<u>68.619</u>	<u>-</u>	<u>68.619</u>
	<u>122.459</u>	<u>(66.244)</u>	<u>188.703</u>	<u>142.362</u>	<u>(75.804)</u>	<u>218.166</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:						
Fornecedores	12.999	1.976	11.023	13.629	1.976	11.653
Outros	<u>1.985</u>	<u>-</u>	<u>1.985</u>	<u>(7.051)</u>	<u>-</u>	<u>(7.051)</u>
	<u>137.443</u>	<u>(64.268)</u>	<u>201.711</u>	<u>148.940</u>	<u>(73.828)</u>	<u>222.768</u>
Pagamentos obrigações com poder concedente	-	64.268	(64.268)	-	73.828	(73.828)
Outros ajustes para reconciliar o lucro	<u>(16.048)</u>	<u>-</u>	<u>(16.048)</u>	<u>(27.202)</u>	<u>-</u>	<u>(27.202)</u>
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais	121.395	-	121.395	121.738	-	121.738
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas (aplicados nas) atividades de investimento	6.401	-	6.401	(12.682)	-	(12.682)
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de financiamento	<u>(203.648)</u>	<u>-</u>	<u>(203.648)</u>	<u>(142.614)</u>	<u>-</u>	<u>(142.614)</u>
	<u>(75.852)</u>	<u>-</u>	<u>(75.852)</u>	<u>(33.558)</u>	<u>-</u>	<u>(33.558)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA REPRESENTADO POR						
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	189.258	-	189.258	226.115	-	226.115
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>113.406</u>	<u>-</u>	<u>113.406</u>	<u>192.557</u>	<u>-</u>	<u>192.557</u>
	<u>(75.852)</u>	<u>-</u>	<u>(75.852)</u>	<u>(33.558)</u>	<u>-</u>	<u>(33.558)</u>

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Dividendos a receber – controladora

	31.12.2017	31.12.2016
	Reapresentado*	Reapresentado*
Ativo circulante:		
Dividendos a receber:		
Terminal de Veículos de Santos S.A.	<u>1.998</u>	<u>1.758</u>
Total	<u>1.998</u>	<u>1.758</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

b) Outros saldos relevantes

	Controladora		Consolidado (*)	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes (I)	354	202	2.695	2.646
Contas correntes (II)	<u>765</u>	<u>879</u>	<u>765</u>	<u>879</u>
	<u>1.119</u>	<u>1.081</u>	<u>3.460</u>	<u>3.525</u>
Passivo circulante:				
Fornecedores	2.341	2.444	2.695	2.646
Contas correntes (II)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>765</u>	<u>879</u>
	<u>2.341</u>	<u>2.444</u>	<u>3.460</u>	<u>3.525</u>

(*) Valores eliminados na consolidação

- (I) A Companhia e suas controladas prestam serviços portuários e de transporte entre si, conforme nota explicativa nº 6.c);
- (II) Referem-se à provisão de despesas com serviços administrativos compartilhados prestados pela Companhia às suas controladas.

c) Prestação de serviço portuário

A filial operacional Tecon Santos prestou, no período de janeiro a dezembro de 2017, serviços portuários à controlada Santos Brasil Logística de: (i) entrega imediata de contêineres, no montante de R\$479 (R\$604 em 31 de dezembro de 2016), referente a 2.580 contêineres movimentados (3.605 contêineres em 31 de dezembro de 2016); e (ii) inspeção não invasiva de contêineres, no montante de R\$285 (R\$802 em 31 de dezembro de 2016), referente a 1.552 contêineres (4.973 contêineres em 31 de dezembro de 2016). Desses serviços estavam em aberto, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$354.

A controlada Santos Brasil Logística prestou, no mesmo período à filial operacional Tecon Santos: (i) serviço de transporte de contêineres, no montante de R\$13.299 (R\$14.048 em 31 de dezembro de 2016), referente a 17.255 contêineres (18.360 contêineres em 31 de dezembro de 2016); e (ii) agenciamento de carga, no montante de R\$5 (R\$8 em 31 de dezembro de 2016), referente a 192 contêineres (306 contêineres em 31 de dezembro de 2016). Desses serviços estavam em aberto, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$2.341.

d) Remuneração do pessoal-chave

	Controladora		Controladora	
	31.12.2017		31.12.2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	1.573	12.109	2.185	12.523
Outros benefícios	-	571	-	469
Plano de opção de compra de ações/ Plano de incentivo atrelado a ações	<u>-</u>	<u>3.827</u>	<u>-</u>	<u>4.166</u>
Total	<u>1.573</u>	<u>16.507</u>	<u>2.185</u>	<u>17.158</u>

	Consolidado		Consolidado	
	31.12.2017		31.12.2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	1.595	12.584	2.207	12.909
Outros benefícios	-	571	-	469
Plano de opção de compra de ações/ Plano de incentivo atrelado a ações	-	3.449	-	4.186
Total	<u>1.595</u>	<u>16.604</u>	<u>2.207</u>	<u>17.564</u>

Em 19 de abril de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a remuneração anual dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria da Companhia até o limite de R\$23.350, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

No exercício de 2017 foi instituído dois planos de incentivo atrelados a ações denominados *Performance Share* e *Matching* de Ações, conforme nota explicativa nº 25.b).

Nos valores da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Certos diretores são signatários de Acordo de Confidencialidade e Não Competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

Os diretores acionistas possuem 0,18% das ações com direito a voto da Companhia.

e) Benefícios a colaboradores - Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 31 de dezembro de 2017, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$49.401 (R\$49.614 em 31 de dezembro de 2016), correspondentes a 5,99% e 5,98% da receita líquida consolidada, respectivamente.

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 31 de dezembro de 2017, apenas a filial operacional Tecon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos tinham provisionado o montante de R\$4.705 (R\$4.510 em 31 de dezembro de 2016).

f) Avais e fianças

A Companhia presta garantias às suas controladas conforme segue:

- Aval da aquisição de semirreboques, para a Santos Brasil Logística, no montante de R\$725;

- Aval da aquisição de caminhões, para a Convicon, no montante de R\$361.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E NATUREZA DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e saldo em bancos	27.463	22.597	29.093	27.840
Aplicações financeiras	<u>193.999</u>	<u>90.809</u>	<u>241.638</u>	<u>164.717</u>
Total	<u>221.462</u>	<u>113.406</u>	<u>270.731</u>	<u>192.557</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Controladora	
			31.12.2017	31.12.2016
Investimentos mantidos para negociação:				
Fundos de investimento	99,51	Indeterminado	173.251	90.809
Letra de Arrendamento				
Mercantil - LAM	100,00	21/03/2018	<u>20.748</u>	-
Total			<u>193.999</u>	<u>90.809</u>

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Consolidado	
			31.12.2017	31.12.2016
Investimentos mantidos para negociação:				
Fundos de investimento (*)	100,08	Indeterminado	220.890	164.717
Letra de Arrendamento				
Mercantil - LAM	100,00	21/03/2018	<u>20.748</u>	-
Total			<u>241.638</u>	<u>164.717</u>

(*) Fundo não exclusivo

As aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2017 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante

	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
No País	66.232	66.167
Partes relacionadas (nota explicativa nº 6.b))	354	202
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(12.233)</u>	<u>(13.133)</u>
Total	<u>54.353</u>	<u>53.236</u>

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
No País	110.195	101.794
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(13.943)</u>	<u>(15.795)</u>
Total	<u>96.252</u>	<u>85.999</u>

Em 31 de dezembro de 2017, três clientes possuem saldo entre 5% e 6% cada um.

Em 31 de dezembro de 2017, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$2.695 (R\$2.646 em 31 de dezembro de 2016), referente aos valores a receber entre a Companhia e suas controladas, decorrente do faturamento de prestação de serviço e dos serviços administrativos compartilhados, conforme a nota explicativa nº 6.b).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
Créditos a vencer	40.026	33.553
Créditos em atraso até 60 dias	11.079	15.243
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	3.248	4.440
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	2.494	2.964
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	2.366	2.548
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>7.373</u>	<u>7.621</u>
Total	<u>66.586</u>	<u>66.369</u>

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Créditos a vencer	73.358	56.212
Créditos em atraso até 60 dias	18.639	24.995
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	4.255	4.792
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	2.827	3.587
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	2.763	3.326
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>8.353</u>	<u>8.882</u>
Total	<u>110.195</u>	<u>101.794</u>

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias.

Na comparação com 31 de dezembro de 2016, observa-se uma redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$900 na controladora e R\$1.852 no consolidado.

No período findo em 31 de dezembro de 2017 foram baixados títulos diretamente ao resultado no montante de R\$9.436 na controladora e R\$9.812 no consolidado. O efeito total no resultado do trimestre foi de R\$8.536 na controladora e R\$7.960 no consolidado.

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Material de manutenção	18.001	18.703	20.907	21.432
Material administrativo	266	283	386	400
Material de segurança	209	230	407	408
Outros	<u>837</u>	<u>783</u>	<u>1.037</u>	<u>947</u>
	<u>19.313</u>	<u>19.999</u>	<u>22.737</u>	<u>23.187</u>

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

10. PRECATÓRIOS – CONSOLIDADO

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	<u>5.236</u>	<u>5.136</u>
Passivo não circulante:		
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	<u>4.189</u>	<u>4.109</u>

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outras obrigações”, no passivo não circulante.

A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2017 apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo.

No período findo em 31 de dezembro de 2017, o valor do passivo não circulante foi ajustado, considerando a correção citada no parágrafo anterior. O contrato de aquisição da Santos Brasil Logística prevê que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

11. ATIVO FISCAL CORRENTE

	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.291	330
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.608	1.656
Crédito a recuperar - FUNDAF	3.612	-
Outros	<u>17</u>	<u>24</u>
Total do circulante	<u>6.528</u>	<u>2.010</u>
	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.617	1.227
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.608	1.929
Créditos de Programa de Integração Social - PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	700	2.704
Crédito a recuperar de Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização - FUNDAF	3.612	-
Outros	<u>295</u>	<u>708</u>
Total do circulante	<u>7.832</u>	<u>6.568</u>

Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$1.617 (R\$1.227 em 31 de dezembro de 2016), referiam-se a aplicações financeiras.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$1.608 (R\$1.929 em 31 de dezembro de 2016), referiam-se, principalmente, decorrentes de pagamentos efetuados em exercícios anteriores, como antecipações nas apurações mensais. Tais créditos serão compensados nas apurações do exercício.

Os créditos consolidados de PIS e COFINS, no montante de R\$700 (R\$2.704 em 31 de dezembro de 2016), referiam-se principalmente à controlada Terminal de Veículos, sendo decorrentes de crédito sobre a amortização do direito de exploração daquela Companhia. Tais créditos estão sendo compensados nas apurações mensais das próprias contribuições.

Os créditos consolidados de FUNDAF, no montante de R\$3.612, referiam-se à Companhia, decorrentes de pagamentos efetuados no período de dezembro de 1997 a novembro de 2016, referente à inconstitucionalidade da cobrança junto aos terminais portuários.

12. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

a) Composição dos saldos

	31.12.2017	31.12.2016
	Reapresentado*	Reapresentado*
Ativo não circulante:		
Participações em controladas	355.873	393.701

* Conforme nota explicativa nº 5

b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2016

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
			Reapresentado*		Reapresentado*	Reapresentado*
Saldo em 31 de dezembro de 2016	58	8	11.704	144.298	237.633	393.701
Aporte (redução) de capital	160	30	100	-	(72.300)	(72.010)
Equivalência patrimonial	(194)	(31)	36.950	(3.331)	8.412	41.806
Dividendo complementar conforme AGO de 28 de abril de 2017	-	-	-	-	(5.275)	(5.275)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.998)	(1.998)
Programa de opção de ações	-	-	(12)	2	-	(10)
Passivo atuarial	-	-	(89)	(245)	(7)	(341)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>24</u>	<u>7</u>	<u>48.653</u>	<u>140.724</u>	<u>166.465</u>	<u>355.873</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2015

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
			Reapresentado*		Reapresentado*	Reapresentado*
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(2)	5	12.220	163.783	242.945	418.951
Aporte de capital	180	30	120	-	-	330
Equivalência patrimonial	(120)	(27)	(679)	(16.145)	6.689	(10.282)
Dividendo complementar conforme AGO de 15 de abril de 2016	-	-	-	(3.066)	(10.251)	(13.317)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.759)	(1.759)
Programa de opção de ações	-	-	26	20	-	46
Passivo atuarial	-	-	17	(294)	9	(268)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>58</u>	<u>8</u>	<u>11.704</u>	<u>144.298</u>	<u>237.633</u>	<u>393.701</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

d) Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2017

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.
			Reapresentado*		Reapresentado*
Capital social	870	380	84.234	126.374	128.751
Quantidade de ações possuídas:					
Ordinárias	600.474	379.999	84.234.349	115.935.256	204.269.217
Preferenciais	269.526	-	-	115.935.255	-
(Prejuízo) lucro do exercício	(194)	(31)	36.950	(3.331)	8.412
Patrimônio líquido	24	7	48.653	140.724	166.465
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	24	7	48.653	140.724	166.465
Ativo circulante	23	7	37.417	38.892	24.330
Ativo não circulante	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>37.693</u>	<u>162.155</u>	<u>255.569</u>
Total do ativo	24	7	75.110	201.047	279.899
Passivo circulante	-	-	10.737	36.625	12.854
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.720</u>	<u>23.698</u>	<u>100.580</u>
Total do passivo	-	-	26.457	60.323	113.434
Receita líquida	-	-	80.711	196.535	53.399
(Prejuízo) lucro do exercício	<u>(194)</u>	<u>(31)</u>	<u>36.950</u>	<u>(3.331)</u>	<u>8.412</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

13. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora – Reapresentado*			
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				31.12.2017	31.12.2016
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9,4	2.056	(1.820)	236	282
Equipamentos de movimentação de carga	9,1	56.698	(45.487)	11.211	14.072
Imobilizações em andamento (*)	-	13.136	-	13.136	17.211
Equipamentos de informática	20	39.048	(33.668)	5.380	7.820
Terrenos	-	39.943	-	39.943	39.086
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	26.947	(17.557)	9.390	11.747
Instalações, móveis e utensílios	10	9.431	(7.296)	2.135	2.655
Veículos	20	2.518	(2.335)	183	343
Imóveis	1,7	1.955	(28)	1.927	-
Outros itens	10	<u>251</u>	<u>(223)</u>	<u>28</u>	<u>38</u>
Total		<u>191.983</u>	<u>(108.414)</u>	<u>83.569</u>	<u>93.254</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado – Reapresentado*			
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				31.12.2017	31.12.2016
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7,4 - 9,4	9.680	(5.980)	3.700	2.034
Equipamentos de movimentação de carga	9,1 -15,3	140.457	(95.919)	44.538	55.592
Imobilizações em andamento (*)	-	15.735	-	15.735	26.536
Equipamentos de informática	20	47.871	(41.676)	6.195	9.215
Terrenos	-	66.369	-	66.369	65.511
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	43.881	(29.085)	14.796	18.774
Instalações, móveis e utensílios	10	57.351	(32.702)	24.649	27.069
Veículos	20	2.734	(2.547)	187	359
Imóveis	1,7 – 2,2	27.135	(6.112)	21.023	19.603
Outros itens	10	<u>636</u>	<u>(593)</u>	<u>43</u>	<u>73</u>
Total		<u>411.849</u>	<u>(214.614)</u>	<u>197.235</u>	<u>224.766</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora – Reapresentado*		Consolidado – Reapresentado*	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Saldos líquidos iniciais	93.254	95.490	224.766	243.349
Adições/transferências:				
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.570	2.845	11.028	3.789
Equipamentos de movimentação de carga	-	1.514	199	10.081
Imobilizações em andamento **	(4.074)	4.359	(10.047)	(2.919)
Equipamentos de informática	677	1.727	768	2.069
Terrenos	857	-	857	-
Máquinas, equipamentos e acessórios	-	599	84	624
Instalações, móveis e utensílios	63	292	2.283	715
Veículos	-	76	-	76
Imóveis	1.955	-	1.955	-
Outros itens	-	-	4	-
Total das adições/transferências	<u>5.048</u>	<u>11.412</u>	<u>7.131</u>	<u>14.435</u>
Baixas	(488)	(497)	(1.046)	(1.779)
Reclassificações	(5.569)	(2.848)	(8.685)	(3.780)
Depreciações	<u>(8.676)</u>	<u>(10.303)</u>	<u>(24.931)</u>	<u>(27.459)</u>
Saldos líquidos finais	<u>83.569</u>	<u>93.254</u>	<u>197.235</u>	<u>224.766</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

** O valor de adições na rubrica “Imobilizações em andamento” está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

Em 31 de dezembro de 2017, não houve custos com empréstimos e financiamentos consolidados capitalizados. Em 31 de dezembro de 2016 tínhamos o montante de R\$72, com taxa média de juros de 3,8%, referente aos financiamentos diretamente atribuíveis a essas imobilizações.

A Companhia e suas controladas possuem equipamentos que foram dados em garantia aos financiamentos das respectivas aquisições (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e Financiamento de Importação - FINIMP). O valor de custo desses ativos foi de R\$36.827. Além dessas garantias, a Companhia também possui um equipamento do tipo guindaste sobre rodas (*Rubber Tyred Gantry* - RTG), dado em garantia na Ação Trabalhista nº 369/03 em andamento, que, em 31 de dezembro de 2017, tinha o valor contábil de R\$832.

Os ativos operacionais são submetidos a teste de redução ao valor recuperável, conforme nota explicativa nº 14.d).

14. INTANGÍVEL

Controladora – Reapresentado*					
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido 31.12.2017	Valor líquido 31.12.2016
Vida útil definida:					
Direitos de exploração: (a)					
Tecon Santos	5,1	1.453.708	(681.239)	772.469	821.188
Tecon Imbituba	4,6	962.055	(295.948)	666.107	684.455
Terminal de Carga Geral	4,6	19.168	(6.445)	12.723	12.988
Ágio nas aquisições: (b)					
Ações da Santos-Brasil S.A.	3,1	321.264	(246.894)	74.370	76.856
Pará Empreendimentos	9,5	37.760	(35.051)	2.709	6.052
Terminal de Carga Geral	4,4	18.983	(7.118)	11.865	12.694
Softwares:					
Sistemas de processamento de dados	20	22.113	(21.750)	363	615
Outros intangíveis:					
Sistemas em desenvolvimento	-	75	-	75	-
Total		2.835.126	(1.294.445)	1.540.681	1.614.848

Consolidado – Reapresentado*					
	Taxa anual de amortização -%	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido 31.12.2017	Valor líquido 31.12.2016
Vida útil definida:					
Direitos de exploração: (a)					
Tecon Santos	5,1	1.453.708	(681.239)	772.469	821.188
Tecon Imbituba	4,6	962.055	(295.948)	666.107	684.455
Terminal de Carga Geral	4,6	19.168	(6.445)	12.723	12.988
Convicon	12,9	48.785	(32.731)	16.054	9.305
Terminal de Exportação de Veículos	4,2	351.296	(100.751)	250.545	251.922
Ágio nas aquisições: (b)					
Ações da Santos-Brasil S.A.	3,1	321.264	(246.894)	74.370	76.856
Pará Empreendimentos	9,5	37.760	(35.052)	2.708	6.052
Terminal de Carga Geral	4,4	18.983	(7.118)	11.865	12.694
Softwares:					
Sistema de processamento de dados	20	31.038	(30.392)	646	1.145
Outros intangíveis:					
Sistemas em desenvolvimento	-	75	-	75	-
		3.244.132	(1.436.570)	1.807.562	1.876.605
Vida útil indefinida: (c)					
Ágio nas aquisições:					
Santos Brasil Logística (*)	-	47.576	(8.111)	39.465	39.465
		47.576	(8.111)	39.465	39.465
Total		3.291.708	(1.444.681)	1.847.027	1.916.070

(*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

A movimentação do intangível está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Saldos líquidos iniciais	1.614.848	1.524.648	1.916.070	1.829.403
Adições/transferências:				
<i>Softwares</i>	109	1	109	7
Tecon Santos	(16.736)	114.277	(16.736)	114.277
Tecon Imbituba	24.312	55.512	24.312	55.512
Terminal de Carga Geral	420	834	420	834
Convicon	-	-	12.071	-
Terminal de Exportação de Veículos	-	-	10.072	15.759
Outros intangíveis	<u>75</u>	<u>-</u>	<u>75</u>	<u>-</u>
	8.180	170.624	30.323	186.389
Reclassificações	5.569	2.850	8.685	3.782
Amortização	<u>(87.916)</u>	<u>(83.274)</u>	<u>(108.051)</u>	<u>(103.504)</u>
Saldos líquidos finais	<u>1.540.681</u>	<u>1.614.848</u>	<u>1.847.027</u>	<u>1.916.070</u>

(a) Direitos de exploração

Os direitos de exploração são referentes às parcelas que compuseram os valores pagos pela exploração comercial das instalações portuárias relacionadas, Tecon 1 Santos, desde 29 de novembro de 1997 (nota explicativa nº 1.a)), Tecon Imbituba, desde 7 de abril de 2008 (nota explicativa nº 1.b)), e Terminal de Carga Geral Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006 (nota explicativa nº 1.b)), e sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento.

Conforme nota explicativa nº 1.d), a controlada TVS foi declarada a vencedora da licitação do TEV e, no ato da assinatura do contrato, efetuou o pagamento inicial de R\$133.495, além dos custos com a licitação, no montante de R\$4.711, e em 4 de janeiro de 2010 efetuou o pagamento final, no montante de R\$85.287, assumindo nessa mesma data as operações do TEV, mediante o Termo de Entrega e Recebimento da Área.

Além dos valores acima descritos, a Companhia e suas controladas reconheceram no ativo intangível as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), de todos os contratos de arrendamento, conforme descrito nas nota explicativa nº 5, incluindo sua controlada indireta Convicon, e sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento.

(b) Ágio nas aquisições - com vida útil definida

No exercício de 2006, os antigos acionistas da então controlada Santos-Brasil outorgaram opções de compra para suas ações, que foram exercidas por terceiros, com ágio de R\$321.264. No mesmo exercício, a então controlada Santos-Brasil procedeu à incorporação reversa das empresas adquirentes das opções de compra, incluindo o referido ágio, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 tendo como base seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo a orientação técnica OCPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, esse ágio, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Tecon 1 Santos (nota explicativa nº 1.a)), foi considerado com vida útil definida e sua amortização irá acompanhar o prazo residual do contrato de arrendamento.

A aquisição da Convicon foi consumada em 9 de abril de 2008, por meio da controlada Nara Valley, pelo montante de R\$45.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$37.760. Essa transação ocorreu por meio da aquisição de 75% das ações ordinárias representativas do capital social da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações ordinárias representativas do capital social da Convicon.

O fundamento econômico do ágio na aquisição da Convicon é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo de arrendamento do Terminal de Contêineres de Vila do Conde (nota explicativa nº 1.e)) e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

A aquisição de 100% das ações ordinárias representativas do capital social da então Union, na época arrendatária do Terminal de Carga Geral de Imbituba, por meio da então controlada Tremarctos Participações S.A., foi acordada pelo montante de R\$25.000, gerando ágio de R\$18.983.

O fundamento econômico do ágio de aquisição do Terminal de Carga Geral é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do referido terminal e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

(c) Ágio nas aquisições - com vida útil indefinida

A aquisição da Santos Brasil Logística, na época denominada Mesquita (nota explicativa nº 1.c)), foi consumada em 1º de novembro de 2007, pelo montante de R\$95.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil, gerou ágio no valor de R\$47.575.

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Santos Brasil Logística é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não têm prazo definido; todavia, sua recuperação é testada anualmente e, se necessária, uma provisão é registrada.

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística - Santos Brasil Logística, por corresponder ao nível mais baixo da UGC. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, foi efetuado teste de recuperação, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2018 e o planejamento de longo prazo até 2027, elaborado para a controlada Santos Brasil Logística, a qual representa o segmento de negócio de logística, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Crescimento dos volumes de armazenagem alfandegada, acompanhando o crescimento do mercado até atingir a capacidade instalada;

	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022*</u>
Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	20,1%	3,4%	3,4%	3,4%	4,0%

* Em 2022 o volume de armazenagem atinge a capacidade instalada, não sendo mais possível aplicar taxa de crescimento.

- Crescimento dos volumes no negócio de centros de distribuição e transporte;
- Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos;
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA (LAJIDA) como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos;
- Na data-base de 31 de dezembro de 2017 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Taxa de desconto:	9,34%	8,43%
Taxa de crescimento na perpetuidade:	0,00%	5,00%

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O valor recuperável estimado da unidade logística é superior ao valor dos ativos operacionais em 31 de dezembro de 2017, nos quais está inserido o ágio. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas/utilizadas para o cálculo.

(d) Perdas por desvalorização de ativo

Em 31 de dezembro de 2017, foi efetuado teste de recuperação, na UGC Tecon Imbituba, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2018 e o planejamento de longo prazo até 2033, elaborado para a filial operacional Tecon Imbituba, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Crescimento dos volumes de operações de cais e armazenagem alfandegada, acompanhando o crescimento do mercado até atingir a capacidade instalada;

	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	89,4%	161,8%	46,5%	0,0%	0,0%

- Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos;
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos;

- Na data-base de 31 de dezembro de 2017 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do direito de exploração.

	31.12.2017	31.12.2016
Taxa de desconto:	9,34%	8,85%
Taxa de crescimento na perpetuidade:	0,00%	0,00%

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor recuperável estimado na filial operacional Tecon Imbituba foi inferior em R\$30.639 ao valor dos ativos operacionais de R\$412.076, nos quais está inserido o direito de exploração. Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, o valor recuperável estimado da filial operacional Tecon Imbituba eram superiores ao valor dos ativos operacionais nos quais está inserido direito de exploração, líquido do ajuste realizado em 2015. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas/utilizadas para o cálculo.

Em 31 de dezembro de 2017, as demais UGC, Tecon Santos, TVS e Convicon, também foram testadas, tendo como base a mesma metodologia de cálculo apresentada anteriormente e o resultado foi que o valor recuperável estimado é superior ao valor desses ativos.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora		Moeda da Transação
				31.12.2017	31.12.2016	
Moeda nacional:						
FINAME	4% a 6% a.a.	URTJLP	Mensal	397	562	R\$
NCE	1,29% a 2% a.a.	CDI	Semestral	<u>163.828</u>	<u>55.589</u>	R\$
				<u>164.225</u>	<u>56.151</u>	
Moeda estrangeira:						
FINIMP	LIBOR +3,48% a 4,65% a.a.	Variação cambial	Semestral	<u>1.703</u>	<u>14.320</u>	US\$
				<u>1.703</u>	<u>14.320</u>	
Total				<u>165.928</u>	<u>70.471</u>	
(-) Parcelas de curto prazo				(105.982)	(68.415)	
Parcelas de longo prazo				59.946	2.056	

	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado		Moeda da Transação
				31.12.2017	31.12.2016	
Moeda nacional:						
FINAME	3% a 6% a.a.	URTJLP	Mensal	2.537	6.495	R\$
NCE	1,29% a 2% a.a.	CDI	Semestral	163.828	55.589	R\$
Capital de giro	113% do CDI	CDI	Mensal	<u>-</u>	<u>572</u>	R\$
				<u>166.365</u>	<u>62.656</u>	
Moeda estrangeira:						
FINIMP	LIBOR + 2,80% a 4,72% a.a.	Variação cambial	Semestral	4.661	19.936	US\$
FINIMP	EURIBOR +2,50% a.a.	Variação cambial	Semestral	<u>2.574</u>	<u>4.759</u>	€
				<u>7.235</u>	<u>24.695</u>	
Total				<u>173.600</u>	<u>87.351</u>	
(-) Parcelas de curto prazo				(112.544)	(78.056)	
Parcelas de longo prazo				61.056	9.295	

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>70.471</u>	<u>87.351</u>
Captação	160.000	160.000
(-) Custo das captações	<u>(514)</u>	<u>(514)</u>
Valor líquido captado	159.486	159.486
Juros e custos apropriados	13.025	13.582
Var. monetária e cambial	(158)	192
(-) Amortização da dívida	(58.804)	(68.304)
(-) Juros pagos	<u>(18.092)</u>	<u>(18.707)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>165.928</u>	<u>173.600</u>

Os empréstimos e financiamentos não possuem *covenants*.

Garantias

- Garantias concedidas

	Vencimento	Moeda	Garantias
FINAME	Junho/21	R\$	Equipamento objeto da transação (a)
FINIMP	Abril/19	US\$/€	Equipamento objeto da transação (a)
NCE - Banco Safra	Novembro/18	R\$	Recebíveis limitado a 33,33% do saldo da dívida

(a) Conforme a nota explicativa nº 13.

Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias.

- Garantias obtidas

Na data-base de 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora			
	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>Total</u>
NCE	39.838	19.918	-	59.756
FINAME	<u>76</u>	<u>76</u>	<u>38</u>	<u>190</u>
Total	<u>39.914</u>	<u>19.994</u>	<u>38</u>	<u>59.946</u>

	Consolidado			
	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>Total</u>
NCE	39.838	19.918	-	59.756
FINAME	475	76	38	589
FINIMP	<u>711</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>711</u>
Total	<u>41.024</u>	<u>19.994</u>	<u>38</u>	<u>61.056</u>

16. DEBÊNTURES

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora e consolidado	
				<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Debêntures 2014:	2,00% a.a.	CDI	Semestral	-	20.869
Debêntures 2015:	2,40% a.a.	CDI	Semestral	<u>59.498</u>	<u>121.614</u>
Total				<u>59.498</u>	<u>142.483</u>
(-) Parcelas de curto prazo				(59.498)	(85.358)
Parcelas de longo prazo				-	57.125

A movimentação das debêntures está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>142.483</u>
Captação	-
(-) Custo das captações	<u>(31)</u>
Valor líquido captado	(31)
Juros e custos apropriados	10.975
Var. monetária e cambial	-
(-) Amortização da dívida	(77.500)
(-) Juros pagos	<u>(16.429)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>59.498</u>

Em 14 de março de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de captação de recursos financeiros para Companhia por meio de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Com a operação liquidada em 2 de abril de 2014, foram captados recursos no montante de R\$100.000 destinados para o reforço de capital de giro da Companhia, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,96% a.a., e com vencimento de 3 anos contados da data de emissão.

Em 29 de julho de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de nova captação de recursos financeiros para Companhia por meio de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. Com a operação liquidada em 28 de agosto de 2015, foram captados recursos no montante de R\$115.000, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 1,40%a.a., e com vencimento de 3 anos contados da data de emissão. Os recursos captados foram destinados para o reforço de capital de giro da Companhia.

Face o rebaixamento da classificação de risco corporativo da Companhia em duas ou mais notas em escala nacional, foi aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de março de 2016, e na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 28 de março de 2016, as seguintes novas características das emissões:

1. Alteração a cláusula 6.14, inciso II, da Escritura da Segunda Emissão, para contemplar o aumento da Sobretaxa, passando a ser:
 - (i) 0,96% ao ano, base 252 dias úteis, desde a data de emissão até 31 de março de 2016; e
 - (ii) 2,00% ao ano, base 252 dias úteis, desde 31 de março de 2016 até a data de vencimento.
2. Alteração a cláusula 6.14, inciso II, da Escritura da Terceira Emissão, para contemplar o aumento da Sobretaxa, passando a ser:
 - (i) 1,40% ao ano, base 252 dias úteis, desde a data de emissão até 31 de março de 2016; e
 - (ii) 2,40% ao ano, base 252 dias úteis, desde 31 de março de 2016 até a data de vencimento.
3. Na cláusula 6.24.2 da Escritura da Segunda Emissão e na cláusula 6.26.2 da Escritura da Terceira Emissão, foi adicionado inciso XIII, para incluir índice financeiro (“*covenants*”) decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA (LAJIDA), que deverá ser igual ou inferior a 2,5 vezes.

O índice deve ser apurado trimestralmente com base nas informações trimestrais consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 o índice (“*covenants*”) estava sendo atendido, conforme segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31.12.2017</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	270.731
Instrumentos financeiros derivativos	<u>2</u>
	270.733
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	173.600
Debêntures	59.498
Instrumentos financeiros derivativos	<u>99</u>
	233.197
Dívida líquida	(37.536)
EBITDA (LAJIDA) do exercício	164.572
Dívida líquida / EBITDA (LAJIDA) igual ou inferior a 2,5 vezes	(0,23)

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que são provisionados nas demonstrações contábeis em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Provisão trabalhista (a)	19.935	22.210
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	10.276	8.566
Outros processos (d)	<u>2.157</u>	<u>4.664</u>
Total	<u>32.368</u>	<u>35.440</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Provisão trabalhista (a)	22.708	25.754
Provisão para processo FAP (b)	12.802	10.695
Outros processos (d)	<u>2.252</u>	<u>4.922</u>
Total	<u>37.762</u>	<u>41.371</u>

Os valores dos depósitos judiciais eram:

		Controladora	
		31.12.2017	31.12.2016
Relativos às contingências:			
Processos trabalhistas (a)		2.953	2.825
Processo FAP (b)		5.240	4.902
Processo CADE - multa (c)		2.196	2.102
Processo CADE - faturamento TRA (c)		176.842	166.203
Outros processos (d)		1.053	1.073
Outros depósitos judiciais (e)		<u>39.723</u>	<u>41.031</u>
Subtotal		<u>228.007</u>	<u>218.136</u>
Relativo a fornecedor:			
SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar") (f)		<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Subtotal		<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Total		<u>243.090</u>	<u>233.219</u>
		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016
Relativos às contingências:			
Processos trabalhistas (a)		3.580	4.138
Processo FAP (b)		6.580	6.156
Processo CADE - multa (c)		2.196	2.102
Processo CADE - faturamento TRA (c)		176.842	166.203
Outros processos (d)		1.053	1.073
Outros depósitos judiciais (e)		<u>45.474</u>	<u>46.555</u>
Subtotal		<u>235.725</u>	<u>226.227</u>
Relativo a fornecedor:			
SCPar (f)		<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Subtotal		<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Total		<u>250.808</u>	<u>241.310</u>

- (a) Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$19.935, para os quais existem depósitos judiciais de R\$2.953 e 12 seguros garantindo o montante de R\$17.596; (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$1.352, para os quais existem depósitos judiciais de R\$342; e (iii) da controlada Convicon, provisionados no montante de R\$1.421, para os quais existem depósitos judiciais de R\$285 e 3 seguros garantindo o montante de R\$3.018.

- (b) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$5.240, e de suas controladas composto de: (i) R\$1.254 - Santos Brasil Logística; (ii) R\$61 - Convicon; e (iii) R\$25 - Terminal de Veículos. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística, ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A. e ao FAP de 2014 do Convicon, visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.
- (c) Os depósitos relacionados ao CADE referem-se ao processo que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos.

A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos Terminais Retroportuários Alfandegados - TRAs pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado, e a Companhia foi condenada a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. A filial operacional Tecon Santos ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$124.445 e R\$2.196, respectivamente. A filial operacional Tecon Santos ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em juízo: (i) uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS, a COFINS, o IRPJ e a CSLL; e (ii) outra que tramita na Comarca do Guarujá, englobando o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com valores totais já depositados de R\$52.397. Os impostos incidentes sobre o faturamento TRA, no montante de R\$42.634 (R\$37.076 em 31 de dezembro de 2016), estão classificados no passivo não circulante.

A mencionada ação judicial foi julgada em 4 de setembro de 2013, tendo a magistrada de primeiro grau provido parcialmente o pedido principal cancelando a proibição de cobrança abusivamente feita pelo CADE, mas mantendo a multa imposta por entender que teria o CADE exercido, com relação à multa apenas, a sua competência normativa. Quanto à proibição da cobrança, a decisão afirmou ser nula a decisão do CADE, pois a competência de regular o setor portuário é exclusiva da ANTAQ. Essa competência foi corretamente exercida pela CODESP por meio das Decisões DIREXE nº 371.2005 e nº 50.2006 definindo os valores máximos dos serviços a que se referem à lide.

A Companhia interpôs Embargos de Declaração requerendo que fosse apreciada a continuidade dos depósitos judiciais das cobranças dos serviços até o trânsito em julgado da ação e dos depósitos judiciais dos tributos, além de outras questões reflexas. Os Embargos de Declaração foram julgados e publicados em 4 de novembro de 2013 e a decisão autorizou apenas que continuassem os depósitos dos tributos incidentes em face da cobrança dos serviços, mas não autorizou os depósitos judiciais dos valores das faturas emitidas pela Companhia.

Dessa decisão judicial resultaram os seguintes efeitos para a Companhia: (i) passou a dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrou os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requereu judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Também, os assessores jurídicos da Companhia no processo passaram a classificar o processo judicial como de “êxito provável” até o trânsito em julgado, principalmente considerando que a decisão de primeiro grau se referiu à incompetência normativa do CADE sobre a matéria.

Quanto ao levantamento dos depósitos judiciais dos serviços faturados e recebidos até a sentença, a magistrada de primeiro grau proferiu decisão contrária, que foi mantida pelo TRF ao negar antecipação de tutela recursal no Agravo de Instrumento por entender inexistir, neste momento processual, o “periculum in mora”, justificando: (i) a possibilidade de recurso pelas partes; e (ii) não estar afetando a situação de liquidez a não disponibilidade desses valores para a Companhia.

Assim, em razão do exposto acima e ainda considerando que os serviços prestados a três TRAs, dois deles litisconsortes no processo e o terceiro contestando judicialmente a cobrança, a Companhia efetuou, em 2013, a reversão parcial da provisão para contingências constituída até a sentença, excluindo dessa reversão os valores relacionados a esses TRAs.

Em 26 de março de 2015 foi publicado o acórdão em que a Colenda 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, julgou o reexame necessário (recurso do próprio juiz) e as apelações interpostas pelas partes, decidiu, por unanimidade: (i) dar provimento à remessa oficial, dar provimento parcial ao recurso da Companhia para o fim de anular a decisão do CADE e a consequente imposição de multa; (ii) negar provimento aos recursos do CADE; (iii) dar provimento ao recurso da União Federal para excluí-la da lide; e (iv) julgar prejudicado o pedido formulado na inicial em face da CODESP.

Foram opostos Embargos de Declaração pela Companhia, CADE e Marimex, sendo em 05/2016 publicado acórdão acolhendo parcialmente os embargos opostos pela Marimex e rejeitando os opostos pela Companhia e CADE. A Companhia, CADE e Marimex interpuseram Recurso Especial e a Marimex interpôs também Recurso Extraordinário. Atualmente o processo encontra-se conclusos para julgamento de admissibilidade dos recursos interpostos. Com relação à medida cautelar 0008783-19.2005.4.03.6100, em 07 de dezembro de 2017, o processo foi julgado extinto, sem resolução do mérito, em razão da perda superveniente do interesse de agir, de acordo com o art. 267, VI, do CPC/1973, prejudicadas as apelações. O acórdão ainda não foi publicado.

Assim, em razão do exposto acima e considerando as chances remotas de perdas por seus assessores jurídicos externos, a Companhia, no exercício de 2015, efetuou a reversão da parcela remanescente da provisão para contingências constituída até a sentença retromencionada.

- (d) O provisionamento consolidado, no montante de R\$2.252, refere-se, principalmente: (i) à ação regressiva da seguradora responsável pela indenização ao cliente, em razão de danos causados à carga armazenada, integralmente depositada, no montante de R\$1.026; (ii) autos de infração da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, no montante de R\$364; e (iii) outros processos, no montante de R\$862.
- (e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.444 e R\$9.133, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.733; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$16.148; (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685; e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$8.580. Os depósitos judiciais classificados como outros nas companhias controladas são relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$3.430 e a processos trabalhistas, no montante de R\$1.328; (ii) controlada Convicon, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$621, outros depósitos nas esferas tributária e civil, no montante de R\$219, e a bloqueios judiciais de R\$132; e (iii) controlada Terminal de Veículos, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$21.
- (f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, pelo qual a União delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, decidiu efetuar os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto, por meio de depósitos judiciais vinculados ao processo em andamento, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, através de deferimento judicial levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2017, esses depósitos representavam o montante de R\$15.083. O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante, no montante de R\$15.021, na rubrica “Fornecedores”.

Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (a), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, o montante de R\$520 foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica “Outros Ativos”.

As movimentações das provisões para contingências, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro 2016, estão demonstradas nos quadros a seguir:

Controladora					
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2017
Provisão trabalhista	22.210	-	(8.790)	6.515	19.935
Provisão FAP	8.566	1.710	-	-	10.276
Outros processos	4.664	177	(58)	(2.626)	2.157
Total	<u>35.440</u>	<u>1.887</u>	<u>(8.848)</u>	<u>3.889</u>	<u>32.368</u>
	Saldo em 31.12.2015	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2016
Provisão trabalhista	25.011	110	(10.509)	7.598	22.210
Provisão FAP	7.173	1.393	-	-	8.566
Outros processos	3.501	1.189	-	(26)	4.664
Total	<u>35.685</u>	<u>2.692</u>	<u>(10.509)</u>	<u>7.572</u>	<u>35.440</u>
Consolidado					
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2017
Provisão trabalhista	25.754	-	(9.982)	6.936	22.708
Provisão FAP	10.695	2.107	-	-	12.802
Outros processos	4.922	243	(156)	(2.757)	2.252
Total	<u>41.371</u>	<u>2.350</u>	<u>(10.138)</u>	<u>4.179</u>	<u>37.762</u>
	Saldo em 31.12.2015	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2016
Provisão trabalhista	33.711	708	(17.496)	8.831	25.754
Provisão FAP	8.929	1.766	-	-	10.695
Outros processos	3.718	1.297	-	(93)	4.922
Total	<u>46.358</u>	<u>3.771</u>	<u>(17.496)</u>	<u>8.738</u>	<u>41.371</u>

(*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de êxito positiva ou negativamente.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de êxito possível, no montante de R\$469.779, nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas informações trimestrais.

A movimentação dos processos possíveis, no período findo em 31 de dezembro de 2017, está demonstrada a seguir:

Natureza da ação	Saldo em 31.12.2016	Adições	Outras movimentações	Saldo em 31.12.2017
Aduaneira	15.589	-	(13)	15.576
Cível	23.526	1.217	(1.071)	23.672
Trabalhista	52.061	15.366	(14.208)	53.219
Tributária	368.602	4.788	(2.778)	370.612
Outras	6.171	827	(298)	6.700
Total	<u>465.949</u>	<u>22.198</u>	<u>(18.368)</u>	<u>469.779</u>

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil, efetuando a cobrança de valores relativos à IRPJ e CSLL, no montante de R\$334.495, classificado no quadro anterior como natureza tributária, que, segundo o referido auto, a Numeral 80 teria deixado de recolher nos exercícios de 2006 a 2011, em virtude da amortização, para fins fiscais, do ágio a ela transferido pela incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão, operação esta aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.), em 30 de maio de 2006 (incorporação).

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 impugnou o referido auto de infração no prazo regulamentar, reafirmando seu entendimento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal.

Em 17 de outubro de 2013, foi recebida intimação dando ciência do acórdão da Delegacia da Receita Federal do julgamento da 1ª Turma da DRJ em São Paulo-I/SP, que deu como parcialmente procedente as impugnações apresentadas e reduziu a multa de ofício aplicada para 75%, passando, dessa forma, o valor do crédito tributário para R\$283.466, atualizados e com risco de perda considerado como possível pelos assessores jurídicos externos da Companhia.

Nessa intimação também consta que a Fazenda Nacional efetuou interposição de recurso relativamente aos débitos exonerados, totalizando o valor atualizado de R\$69.328, classificados como de risco de perda remoto pelos referidos assessores jurídicos.

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 efetuou interposição de recurso no prazo regulamentar, ao qual, por maioria de votos proferidos pelos julgadores da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, foi dado provimento em sessão realizada no dia 14 de setembro de 2016. Na mesma sessão, negou-se provimento ao recurso de ofício da Fazenda Nacional.

Em 05 de dezembro de 2016, a Fazenda Nacional opôs embargos de declaração, sem efeitos modificativos, a fim de que restasse retificado lapso da decisão (erro material) referente à indicação das partes recorrentes, o que foi acolhido em julgamento realizado no dia 11 de abril de 2017.

No dia 12 de junho de 2017, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial, pretendendo a reforma do julgado proferido pela 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo apresentada pela Companhia suas contrarrazões. Atualmente o Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional foi sorteado para a Conselheira Daniele Souto Rodrigues Amadio e aguarda a inclusão em pauta para julgamento.

O tempo de conclusão dessas contingências é incerto e depende do andamento dos processos nas instâncias jurídicas.

18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

A Companhia e suas controladas reconhecem no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), conforme descrita na nota explicativa nº 1, sendo trazidas a valor presente na data inicial dos contratos de arrendamento, visto que os valores das parcelas sofrem reajustes com base no IGP-M/INPC.

O ajuste a valor presente foi calculado tendo como base a taxa de 10% a.a., a qual constava na resolução nº 7 de 6 de julho de 1997 emitida pelo Conselho Nacional de Desestatização – CND, que aprovou o preço mínimo do contrato de concessão, tendo como contra partida o ativo intangível, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

Contratos	Controladora				
	Saldo contábil 31.12.2016	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2017
Parcelas fixas					
Tecon Santos	448.605	32.472	(16.736)	(37.720)	426.621
Tecon Imbituba	35.691	1.632	2.502	(3.334)	36.491
	<u>484.296</u>	<u>34.104</u>	<u>(14.234)</u>	<u>(41.054)</u>	<u>463.112</u>
Parcelas variáveis					
Tecon Imbituba	340.543	13.340	21.810	(11.323)	364.370
Terminal de Carga Geral	5.832	235	421	(478)	6.010
	<u>346.375</u>	<u>13.575</u>	<u>22.231</u>	<u>(11.801)</u>	<u>370.380</u>
Obrigações com poder concedente	<u>830.671</u>	<u>47.679</u>	<u>7.997</u>	<u>(52.855)</u>	<u>833.492</u>
(-) Curto prazo	(41.436)				(60.811)
Longo prazo	789.235				772.681

(*) A contrapartida desse montante é o ativo intangível no ativo não circulante.

Contratos	Consolidado				
	Saldo contábil 31.12.2016	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2017
Parcelas fixas					
Tecon Santos	448.605	32.472	(16.736)	(37.720)	426.621
Tecon Imbituba	35.691	1.632	2.502	(3.334)	36.491
Convicon	1.188	118	5.340	(730)	5.916
Terminal de Veículos	45.019	2.027	4.559	(4.060)	47.545
	<u>530.503</u>	<u>36.249</u>	<u>(4.335)</u>	<u>(45.844)</u>	<u>516.573</u>
Parcelas variáveis					
Tecon Imbituba	340.543	13.340	21.810	(11.323)	364.370
Terminal de Carga Geral	5.832	235	421	(478)	6.010
Convicon	690	38	6.731	(421)	7.038
Terminal de Veículos	54.434	2.450	5.513	(4.909)	57.488
	<u>401.499</u>	<u>16.063</u>	<u>34.475</u>	<u>(17.131)</u>	<u>434.906</u>
Obrigações com poder concedente	<u>932.002</u>	<u>52.312</u>	<u>30.140</u>	<u>(62.975)</u>	<u>951.479</u>
(-) Curto prazo	(46.408)				(65.769)
Longo prazo	885.594				885.710

(*) A contrapartida desse montante é o ativo intangível registrado no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2017, a compromisso com poder concedente de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Controladora					
	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022 - término do contrato</u>	<u>Total</u>
Tecon Santos	5.261	5.482	5.726	405.090	421.559
Tecon Imbituba	18.803	19.311	19.872	287.933	345.919
Terminal de Carga Geral	<u>301</u>	<u>310</u>	<u>320</u>	<u>4.272</u>	<u>5.203</u>
	<u>24.365</u>	<u>25.103</u>	<u>25.918</u>	<u>697.295</u>	<u>772.681</u>
Consolidado					
	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022 - término do contrato</u>	<u>Total</u>
Tecon Santos	5.261	5.482	5.726	405.090	421.559
Tecon Imbituba	18.803	19.311	19.872	287.933	345.919
Terminal de Carga Geral	301	310	320	4.272	5.203
Convicon	401	442	488	11.259	12.590
Terminal de Veículos	<u>4.707</u>	<u>4.831</u>	<u>4.968</u>	<u>85.933</u>	<u>100.439</u>
	<u>29.473</u>	<u>30.376</u>	<u>31.374</u>	<u>794.487</u>	<u>885.710</u>

Períodos de vigência dos contratos

<u>Contratos</u>	<u>Início do contrato</u>	<u>Término do contrato</u>
Tecon Santos	Novembro/1997	Novembro/2047
Tecon Imbituba	Abril/2008	Abril/2033
Terminal de Carga Geral	Junho/2007	Junho/2032
Convicon	Setembro/2003	Setembro/2033
Terminal de Veículos	Janeiro/2010	Janeiro/2035

Seguro garantia

<u>Contratos</u>	<u>Vigência</u>
Tecon Santos	Abril/2017 a Abril/2018
Tecon Imbituba	Julho/2017 a Julho/2018
Terminal de Veículos	Julho/2017 a Julho/2018

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos, compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2017 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IGP-M:

<u>Contratos</u>	Em reais - R\$		
	<u>Custo por contêiner movimentado</u>	<u>Custo por tonelada movimentada</u>	<u>Custo por veículo movimentado</u>
Tecon Santos (a)	36,53	-	-
Tecon Santos (b)	18,45	-	-
Tecon Imbituba (c)	90,29	-	-
Terminal de Carga Geral (d)	-	2,87	-
Terminal de Carga Geral (e)	-	6,35	-
Terminal de Carga Geral (f)	-	3,83	-
Convicon (g)	18,78	-	-
Convicon (h)	3,76	-	-
Convicon (i)	-	1,88	-
Terminal de Veículos (j)	-	-	18,02

- (a) Valor devido quando a MMC não for atingida, limitado à MMC.
- (b) Valor devido quando a movimentação exceder a MMC.
- (c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.
- (f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.
- (g) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (h) Valor devido por contêiner vazio.
- (i) Valor devido por tonelada.
- (j) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

19. ARRENDAMENTO OPERACIONAL – CONSOLIDADO (REAPRESENTADO)

A Companhia e suas controladas também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas e operacionais (Centro de Distribuição da controlada Santos Brasil Logística), os quais, no período findo em 31 de dezembro de 2017, geraram despesas no montante de R\$6.878 (R\$10.422 em 31 de dezembro de 2016).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social

	Ações ordinárias	
	31.12.2017	31.12.2016
Existentes no início do exercício	666.086.554	666.086.554
Opção de ações exercidas durante o exercício	<u>231.326</u>	<u>-</u>
Emitidas/autorizadas sem valor nominal	<u>666.317.880</u>	<u>666.086.554</u>

Do total de ações, 659.419.251 encontravam-se em circulação (*freefloat*) em 31 de dezembro de 2017, sendo composto em sua totalidade por ações ordinárias.

Em 30 de setembro de 2017, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme nota explicativa nº 25, no montante de R\$680. Foram emitidas 231.326 ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em 17 de junho de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, de forma que uma ação preferencial seja convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia. Essa alteração passou a vigorar a partir de 22 de agosto de 2016, quando a totalidade das ações preferenciais foram canceladas e convertidas em ações ordinárias passando a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 – Brasil Bolsa Balcão.

b) Reserva de capital

- Plano de opção de compra de ações/ Plano de incentivo atrelado a ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 25.a)), no montante de R\$59.175 em 31 de dezembro de 2017 (R\$56.036 em 31 de dezembro de 2016), e do plano de incentivo atrelado a ações (*performance share*), no montante de R\$538 (nota explicativa nº 25.b)), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

- Outras

Na incorporação de ações, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2006, foi levado à rubrica “Capital social” da controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado na rubrica “Reserva de capital”.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta na época Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(4.548).

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley Participações S.A. adquiriu, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(5.478).

Em 30 de setembro de 2017, foram exercidas opções de compras de ações, onde a Companhia entregou ações que estavam em tesouraria (nota explicativa nº 20.c)), gerando um resultado de R\$(595).

c) Reserva de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital.

- Ações em tesouraria

Em 17 de dezembro de 2013, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o Programa de Recompra de Ações da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas.

O programa autorizou a compra de até 4.215.556 *units* sendo 4.215.556 ações ordinárias e 16.862.225 ações preferenciais, tendo um prazo máximo para aquisição das ações de 365 dias, com início em 20 de dezembro de 2013 e término em 20 de dezembro de 2014.

Em 22 de agosto de 2016, com a migração para o Novo Mercado da B3 – Brasil Bolsa Balcão as *units* foram canceladas e convertidas em sua totalidade de ações preferenciais em ações ordinárias.

Em 30 de setembro de 2017, foram entregues 676.258 ações em tesouraria referentes opções exercidas.

A seguir, posição em 31 de dezembro de 2017 de ações compradas pela Companhia:

	Quantidade de Ações <u>Ordinárias</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor de Mercado(*)</u>	<u>Preço</u>		
				<u>Médio Ponderado</u>	<u>Mínimo</u>	<u>Máximo</u>
Saldo original	6.138.745	19.844	20.809	3,23	2,90	3,70
(-) Ações entregues	<u>(676.258)</u>	<u>(2.186)</u>				
Saldo Atual	<u>5.462.487</u>	<u>17.658</u>	18.518			

(*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do exercício.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

- Assistência médica complementar

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 28), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

21. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receita bruta	<u>577.760</u>	<u>671.546</u>	<u>953.084</u>	<u>956.675</u>
Terminais Portuários	577.760	671.546	672.493	742.930
Logística	-	-	219.746	170.818
Terminal de Veículos	-	-	60.845	42.927
Deduções da receita:				
Impostos sobre serviços	(60.701)	(64.804)	(113.576)	(105.620)
Abatimentos e pedágio	<u>(4.513)</u>	<u>(11.890)</u>	<u>(15.456)</u>	<u>(21.810)</u>
Total	<u>512.546</u>	<u>594.852</u>	<u>824.052</u>	<u>829.245</u>

22. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*
Mão de obra avulsa	(27.746)	(33.840)	(27.908)	(34.427)
Taxas - Companhias Docas	(39.533)	(43.822)	(39.340)	(44.775)
Energia elétrica	(7.450)	(9.926)	(9.348)	(11.809)
Combustíveis e lubrificantes	(15.639)	(15.759)	(28.188)	(26.354)
Fretes	(12.839)	(13.128)	(30.593)	(16.102)
Movimentação de veículos	-	-	(24.473)	(14.593)
Outros serviços e materiais	(2.721)	(4.717)	(9.687)	(8.957)
Despesas com pessoal	(226.733)	(221.729)	(308.330)	(313.813)
Consultoria, assessoria e auditoria	(12.514)	(18.240)	(14.355)	(21.035)
Outros serviços de terceirização	(17.670)	(20.115)	(27.512)	(32.438)
Manutenção operacional	(22.799)	(26.171)	(30.463)	(35.143)
Depreciação e amortização	(96.592)	(93.577)	(132.982)	(130.963)
Aluguéis/condomínios – áreas operacionais	-	-	(5.529)	(8.495)
Despesas com vendas de serviços	(26.056)	(20.107)	(68.776)	(44.762)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda de incobráveis	(8.536)	(9.554)	(7.960)	(11.849)
Outras despesas	<u>(9.093)</u>	<u>(25.076)</u>	<u>(43.497)</u>	<u>(59.662)</u>
Total	<u>(525.921)</u>	<u>(555.761)</u>	<u>(808.941)</u>	<u>(815.177)</u>
Classificadas como:				
Custo dos bens e/ou serviços prestados	(420.773)	(444.722)	(646.361)	(663.591)
Despesas com vendas	(39.472)	(37.113)	(84.522)	(67.197)
Despesas gerais e administrativas e amortização de ágio	<u>(65.676)</u>	<u>(73.926)</u>	<u>(78.058)</u>	<u>(84.389)</u>
Total	<u>(525.921)</u>	<u>(555.761)</u>	<u>(808.941)</u>	<u>(815.177)</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Outras receitas operacionais:				
Correção de credito a recuperar - FUNDAF	5.648	-	5.648	-
Correção de depósitos judiciais	3.767	8.271	3.852	8.380
Correção precatórios	-	-	100	353
Ganho na venda de ativo	629	17	629	704
Recuperação de energia elétrica	162	51	162	51
Reembolso de seguro	1.729	45	1.731	47
Recuperação do INSS s/ serviços cooperados	-	2.593	-	4.729
Recuperação de PIS/COFINS extemporâneo	-	1.753	-	4.785
Recuperação do INSS s/ folha de pagamento	716	-	1.127	-
Receita com depósitos não identificados	1.498	-	3.254	-
Outras receitas	<u>139</u>	<u>675</u>	<u>906</u>	<u>993</u>
Total	<u>14.288</u>	<u>13.405</u>	<u>17.409</u>	<u>20.042</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Outras despesas operacionais:				
Baixa e perdas na venda de ativos	(30)	(126)	(31)	(407)
Correção de provisões	(650)	(743)	(819)	(917)
Custo na venda de materiais de estoque	-	-	-	(272)
Precatórios	-	-	(80)	(283)
Total	<u>(680)</u>	<u>(869)</u>	<u>(930)</u>	<u>(1.879)</u>

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação financeira	9.876	14.790	17.083	21.474
Juros de mútuo	-	362	-	-
Variações monetárias e cambiais ativas	846	5.868	1.677	9.193
Valor justo da operação de <i>swap</i>	449	875	800	1.207
Correção impostos a recuperar	1.553	2.332	1.573	2.419
Correção de depósitos judiciais	217	221	835	242
Outras receitas	<u>528</u>	<u>1.367</u>	<u>1.226</u>	<u>1.530</u>
Total	<u>13.469</u>	<u>25.815</u>	<u>23.194</u>	<u>36.065</u>
Despesas financeiras:				
Juros	(24.001)	(35.466)	(24.558)	(36.707)
Juros de mútuo	-	(4.281)	-	-
Variações monetárias e cambiais passivas	(1.462)	(6.758)	(3.194)	(9.415)
Imposto sobre Operações Financeiras				
- IOF sobre operações de mútuos	(62)	(540)	(110)	(709)
Valor justo da operação de <i>swap</i>	(511)	(891)	(752)	(1.212)
Remissão de juros	(2.775)	-	(2.775)	-
Juros - Obrigações com poder concedente	(47.679)	(48.231)	(52.312)	(52.997)
Outras despesas	<u>(1.341)</u>	<u>(1.254)</u>	<u>(2.258)</u>	<u>(1.668)</u>
Total	<u>(77.831)</u>	<u>(97.421)</u>	<u>(85.959)</u>	<u>(102.708)</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

25. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E PLANO DE INCENTIVO ATRELADO A AÇÕES - CONTROLADORA

Em 4 de agosto de 2017, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, aditado em 1º de abril de 2015 e a criação do Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia (Plano de *Performance Shares* e *Matching* de Ações).

O Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia tem como objetivo regular a possibilidade de concessão de incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia a administradores e empregados que mantenham vínculo de emprego ou estatutário, visando: (i) aumentar a capacidade de atração de talentos; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de certos administradores e empregados, alinhando os seus interesses com os dos acionistas; (iii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas; e (iv) estimular a expansão e o alcance e superação de suas metas empresariais, permitindo maior integração de seus administradores e empregados, na qualidade de acionistas da Companhia.

As ações concedidas como incentivo no âmbito dos programas do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Incentivo Atrelado a Ações não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,5% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

a) Plano de opção de compra de ações

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil S.A. aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) para administradores e colaboradores de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração ou o Comitê criam, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), agrupados em *units*, em que são definidos os beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de *units* da Companhia que cada beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das *units* a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício da opção (“preço de exercício”), é equivalente ao valor médio das *units* dos últimos 30 pregões da B3 – Brasil Bolsa Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços, e, ainda, de juros a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, podem conceder aos beneficiários um desconto de até 15% no preço de exercício.

As *units* da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de *units*, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 31 de dezembro de 2017, os Programas em vigência são os discriminados no quadro a seguir:

Programas	Preços de exercício R\$/units (*)	Quantidade de units outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/units (*)	Quantidade de units exercidas	Quantidade de units vencidas/ caducadas	Quantidade de units - saldo
Programas 2006 à 2012		<u>5.306.265</u>				<u>2.062.021</u>	<u>3.244.244</u>	-
31/01/13 -								
Programa 2013	27,35	<u>810.177</u>			7,54	-	<u>604.878</u>	<u>205.299</u>
1º Lote anual		270.059	01/02/14	01/02/16		-	270.059	-
2º Lote anual		270.059	01/02/15	01/02/17		-	270.059	-
3º Lote anual		270.059	01/02/16	01/02/18		-	64.760	205.299
06/02/14 -								
Programa 2014	15,70	<u>2.087.682</u>			3,15	-	<u>1.002.816</u>	<u>1.084.866</u>
1º Lote anual		695.894	06/02/15	06/02/17		-	695.894	-
2º Lote anual		695.894	06/02/16	06/02/18		-	153.460	542.434
3º Lote anual		695.894	06/02/17	06/02/19		-	153.462	542.432
05/02/15 -								
Programa 2015	12,85	<u>1.377.596</u>			4,40	<u>50.216</u>	<u>85.166</u>	<u>1.242.214</u>
1º Lote anual		459.199	05/02/16	05/02/18		25.108	19.871	414.220
2º Lote anual		459.199	05/02/17	05/02/19		25.108	19.871	414.220
3º Lote anual		459.198	05/02/18	05/02/20		-	45.424	413.774
Total das opções outorgadas		<u>9.581.720</u>				<u>2.112.237</u>	<u>4.937.104</u>	<u>2.532.379</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Em 2 e 3 de março de 2016, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o preço de exercício para o Programa de Opção de Ações 2016 e deliberaram a submeter o mesmo à prévia apreciação e recomendação do Comitê de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia, para posterior exame e aprovação do Conselho de Administração.

Em 22 de agosto de 2016 com o cancelamento das *units*, caso seja exercida a opção de compra dos programas até 2015, serão emitidas cinco ações ordinárias ao beneficiário.

Em 15 de dezembro de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o Programa de Opção de Ações de 2016.

Programas	Preços de exercício R\$/ações (*)	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ações (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas/ caducadas	Quantidade de ações - saldo
02/03/16 -								
Programa 2016	2,29	<u>2.897.395</u>			1,18	<u>656.504</u>	<u>219.446</u>	<u>2.021.445</u>
1º. Lote anual		965.798	02/03/17	02/03/19		656.504	8.967	300.327
2º. Lote anual		965.798	02/03/18	02/03/20		-	105.238	860.560
3º. Lote anual		965.799	02/03/19	02/03/21		-	105.241	860.558
22/06/17 -								
Programa 2017	2,02	<u>6.609.811</u>			0,71	-	-	<u>6.609.811</u>
1º. Lote anual		2.203.270	22/06/18	22/06/20		-	-	2.203.270
2º. Lote anual		2.203.270	22/06/19	22/06/21		-	-	2.203.270
3º. Lote anual		2.203.271	22/06/20	22/06/22		-	-	2.203.271
Total das opções outorgadas		<u>9.507.206</u>				<u>656.504</u>	<u>219.446</u>	<u>8.631.256</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o Programa de Opção de Ações 2017, com a outorga de 6.609.811 opções de compra dentro do limite estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

O prazo de exercício reflete o período de 24 meses, contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Em função da baixa rotatividade histórica de administradores e colaboradores de alto nível beneficiários das outorgas, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão *vested*.

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$3.139 (R\$4.267 em 31 de dezembro de 2016).

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2017, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 1,59% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 3,10%.

b) Planos de incentivo atrelado a ações

- *Performance shares*

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, ações ordinárias da Companhia, se as metas forem alcançadas pelos beneficiários. A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de *Performance Shares* será realizada em um único lote, após 3 (três) anos (“Período de Carência”), a contar da data estabelecida para cada beneficiário em seu Contrato de Adesão (“Data Inicial”). O Conselho de Administração, entretanto, poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos Beneficiários a título de *Performance Shares*, caso as metas descritas no programa tenham sido atingidas antes de 3 anos, hipótese em que o término do Período de Carência será antecipado. Em caso de desligamento de funcionário (rescisão ou demissão) as opções que lhe tenham sido concedidas e ainda não exercidas estarão automaticamente extintas.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a outorga de 1.970.443 ações ordinárias para o Programa de *Performance Shares* dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

<u>Programas</u>	<u>Quantidade de ações outorgadas</u>	<u>Prazos de carência</u>	<u>Valor das opções R\$/ações (*)</u>	<u>Quantidade de ações exercidas</u>	<u>Quantidade de ações vencidas/ caducadas</u>	<u>Quantidade de ações - saldo</u>
23/08/17- Programa 2017	<u>1.970.443</u>		2,31	_____ -	_____ -	<u>1.970.443</u>
- Lote Anual	1.970.443	23/08/20		-	-	1.970.443
Total das ações outorgadas	<u>1.970.443</u>			=====	=====	<u>1.970.443</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Companhia reconheceu o efeito no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$538.

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2017, não foram exercidas opções e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,29%.

- *Matching* de ações

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, 1(uma) ação ordinária da Companhia para cada ação ordinária da Companhia adquirida por intermédio da Corretora (*Matching*), até o limite estabelecido nos seus respectivos Contratos de Adesão e respeitado o prazo de 15 (quinze) dias para transferir as ações adquiridas no âmbito deste Programa para uma conta de depósito de ações de sua titularidade, mantida pela Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador”), bem como para autorizar que seja realizado, pelo Agente Escriturador, o bloqueio das referidas ações em razão de sua adesão do presente Programa.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a outorga de 903.896 ações ordinárias para o Programa de *Matching* de Ações dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

<u>Programas</u>	<u>Quantidade de ações outorgadas</u>	<u>Prazos de carência</u>	<u>Valor das opções R\$/ações (*)</u>	<u>Quantidade de ações exercidas</u>	<u>Quantidade de ações vencidas/ caducadas</u>	<u>Quantidade de ações - saldo</u>
23/08/17- Programa 2017	<u>903.896</u>		2,31	_____ -	_____ -	<u>903.896</u>
- Lote Anual	903.896	23/08/20		-	-	903.896
Total das ações outorgadas	<u>903.896</u>			=====	=====	<u>903.896</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

A Companhia não reconheceu efeito no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2017, por não haver Contrato de Adesão.

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2017, não foram exercidas opções e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,14%.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*
(Prejuízo) antes da tributação	(22.323)	(30.261)	(31.175)	(34.412)
Exclusão de equivalência patrimonial	<u>(41.806)</u>	<u>10.282</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
(Prejuízo) antes da tributação ajustado	(64.129)	(19.979)	(31.175)	(34.412)
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	<u>(21.828)</u>	<u>(6.817)</u>	<u>(10.624)</u>	<u>(11.724)</u>
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(15.391)	(4.795)	(7.482)	(8.259)
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	(6.437)	(2.022)	(3.142)	(3.465)
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas:	<u>4.826</u>	<u>4.573</u>	<u>5.568</u>	<u>5.049</u>
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	1.033	898	1.033	898
Plano de opção de compra de ações/ <i>Performance share</i>	1.254	1.435	1.251	1.451
Outras	2.877	2.240	3.622	2.700
Exclusões permanentes:				
Opções exercidas	(338)	-	(338)	-
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	<u>-</u>	<u>(100)</u>	<u>(130)</u>	<u>(122)</u>
Incentivos fiscais	-	(100)	(130)	(122)
IV - Taxa efetiva:				
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(17.002)	(2.344)	(5.186)	(6.797)
Alíquota efetiva	26,5%	11,7%	16,6%	19,8%
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(20.702)</u>	<u>182</u>
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias **	-	-	(2.988)	182
Contabilização inicial de prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	(17.714)	-
VI - Ajustes extraordinários:	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34</u>	<u>120</u>
IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	-	34	120
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	<u>(17.002)</u>	<u>(2.344)</u>	<u>(25.854)</u>	<u>(6.495)</u>
IRPJ e CSLL - correntes	-	5.538	10.803	9.410
IRPJ e CSLL - diferidos	<u>(17.002)</u>	<u>(7.882)</u>	<u>(36.657)</u>	<u>(15.905)</u>
Total	<u>(17.002)</u>	<u>(2.344)</u>	<u>(25.854)</u>	<u>(6.495)</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

** Refere-se às controladas Numeral 80, Santos Brasil Logística, TPV e Pará Empreendimentos, para as quais os créditos fiscais diferidos serão registrados quando da geração de resultados positivos futuros.

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

<u>Ativo (passivo)</u>	Controladora			
	31.12.2017		31.12.2016	
	Reapresentado* <u>IRPJ</u>	Reapresentado* <u>CSLL</u>	Reapresentado* <u>IRPJ</u>	Reapresentado* <u>CSLL</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	8.167	2.940	5.046	1.817
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.058	1.101	3.283	1.182
Provisão para contingências	23.281	8.381	22.189	7.988
Amortização do ágio	(18.593)	(6.693)	(19.214)	(6.917)
Depreciação	(43.520)	(15.667)	(45.615)	(16.421)
Perda por desvalorização de ativos	6.776	2.439	7.218	2.598
Obrigações com poder concedente	20.179	7.264	17.382	6.258
Outras	13.499	4.860	10.055	3.621
Perdas atuariais	<u>3.296</u>	<u>1.187</u>	<u>1.001</u>	<u>359</u>
Total	<u>16.143</u>	<u>5.812</u>	<u>1.345</u>	<u>485</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

<u>Ativo (passivo)</u>	Consolidado			
	31.12.2017		31.12.2016	
	Reapresentado* <u>IRPJ</u>	Reapresentado* <u>CSLL</u>	Reapresentado* <u>IRPJ</u>	Reapresentado* <u>CSLL</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	27.957	10.065	10.848	3.906
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.485	1.255	3.599	1.296
Provisão para contingências	24.963	8.987	23.238	8.366
Amortização do ágio	(28.459)	(10.245)	(29.080)	(10.469)
Depreciação	(49.660)	(17.878)	(51.102)	(18.397)
Perda por desvalorização de ativos	6.776	2.439	7.218	2.598
Obrigações com poder concedente	22.898	8.243	19.903	7.166
Outras	14.804	5.331	11.161	4.018
Precatórios a receber	(1.308)	(473)	(1.282)	(464)
Perdas atuariais	<u>3.271</u>	<u>1.178</u>	<u>846</u>	<u>304</u>
Total	<u>24.727</u>	<u>8.902</u>	<u>(4.651)</u>	<u>(1.676)</u>
Ativo	<u>32.258</u>	<u>11.615</u>	<u>4.123</u>	<u>1.487</u>
Passivo	<u>(7.531)</u>	<u>(2.713)</u>	<u>(8.774)</u>	<u>(3.163)</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

Até 31 de dezembro de 2017, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia e às suas controladas Convicon, Santos Brasil Logística e TVS.

27. RESULTADO POR AÇÃO

a) Resultado básico por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
	Reapresentado*	Reapresentado*
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(5.321)	(27.917)
Média ponderada das ações	660.682.541	659.947.809
Resultado por ação básico	(0,00805)	(0,04230)

* Conforme nota explicativa nº 5

b) Resultado diluído por ação

Sobre o resultado da Companhia para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
	Reapresentado*	Reapresentado*
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(5.321)	(27.917)
Média ponderada das ações	660.682.541	659.947.809
Efeitos potenciais de subscrição de opção de ações	7.543.462	2.014.784
Resultado por ação diluído	(0,00796)	(0,04217)

* Conforme nota explicativa nº 5

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro.

28. PASSIVOS ATUARIAIS - ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Ernst & Young Serviços Atuariais S/S, tiveram como premissas básicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

<u>Hipóteses</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Hipóteses econômicas:</u>		
Taxa de Desconto	5,43% a.a.	6,00% a.a.
Inflação Econômica	4,97% a.a.	5,60% a.a.
Inflação Médica (HCCTR)	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator Idade (<i>Aging Factor</i>)	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica

Hipóteses biométricas

Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	15,77% (Santos Brasil Logística S.A.) e 6,78% (Demais empresas)	16,3% (Santos Brasil Logística S.A.) e 7,5% (Demais empresas)
Idade de Entrada em Aposentadoria	65 anos	65 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	40%	40%

Outras hipóteses

Composição Familiar	<u>Participantes Ativos</u> 90% Casados Diferença de Idade Titular / Esposa - 4 anos <u>Participantes Assistidos</u> Família Real	- Para participantes em atividade - 90% casados com esposa 4 anos mais jovem - Para participantes assistidos (aposentados e demitidos) é adotada composição real informada na base cadastral
---------------------	--	---

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Valor presente das obrigações atuariais	2.582	2.080
Perdas atuariais calculadas	<u>26.313</u>	<u>15.048</u>
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>28.895</u>	<u>17.128</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Valor presente das obrigações atuariais	3.173	2.986
Perdas atuariais calculadas	<u>30.706</u>	<u>18.020</u>
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>33.879</u>	<u>21.006</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Saldo Inicial	17.128	11.754	21.006	14.318
Custo do serviço	1.161	865	1.510	1.452
Juros sobre a obrigação	2.010	1.752	2.461	2.138
Benefícios pagos no ano (-)	(589)	(537)	(799)	(604)
(Ganho)/Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	<u>9.185</u>	<u>3.294</u>	<u>9.701</u>	<u>3.702</u>
Saldo Final	<u>28.895</u>	<u>17.128</u>	<u>33.879</u>	<u>21.006</u>
(Ganho)/Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	9.185	3.294	9.701	3.702
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho)/Perda	(3.123)	(1.121)	(3.299)	(1.259)
Equivalência sobre (Ganho)/Perda	<u>340</u>	<u>270</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Efeito no patrimônio líquido	<u>6.402</u>	<u>2.443</u>	<u>6.402</u>	<u>2.443</u>

Análise de sensibilidade do passivo atuarial

Efeitos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	31.701	18.659	36.886	22.887
Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	26.461	15.787	30.672	19.359
Tábua de mortalidade -10%	30.271	17.765	35.409	21.796
Tábua de mortalidade +10%	27.677	16.356	32.389	20.097
Custos médicos + 1,0% sobre a taxa real de crescimento	35.041	20.489	40.856	25.137
Custos médicos - 1,0% sobre a taxa real de crescimento	24.199	14.521	27.995	17.807

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Nível de hierarquia	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
		Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*
Ativo:					
Empréstimos e recebíveis:					
Contas a receber	2	54.353	53.236	96.252	85.999
Dividendos a receber	2	1.998	1.758	-	-
Precatórios a receber	2	-	-	5.236	5.136
Outros valores a receber	2	-	5.976	-	5.976
		56.351	60.970	101.488	97.111
Valor justo por meio do resultado:					
Caixa e saldo em bancos	1	27.463	22.597	29.093	27.840
Fundos de Investimento	1	173.251	90.809	220.890	164.717
Letra de Arrendamento Mercantil- LAM	2	20.748	-	20.748	-
Instrumentos financeiros derivativos	2	2	34	2	37
		221.464	113.440	270.733	192.594
Passivo:					
Outros passivos financeiros:					
Mensurados pelo custo amortizado:					
Empréstimos e financiamentos	2	165.928	70.471	173.600	87.351
Debêntures	2	59.498	142.483	59.498	142.483
Fornecedores	2	44.080	49.694	74.608	69.194
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	2	113	113	113	113
Obrigações com poder concedente	2	833.492	830.671	951.479	932.002
Precatórios a pagar **	2	-	-	4.189	4.109
		1.103.111	1.093.432	1.263.487	1.235.252
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	13	1.997	99	2.859
		13	1.997	99	2.859

* Conforme nota explicativa nº 5

** Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outros passivos”, no passivo não circulante.

b) Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

b.1) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à taxa de juros e à variação cambial.

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro de 2017 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes de instituições financeiras de grande porte.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem.

O valor justo desses derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para Dólar, Libor e CDI, divulgadas pela B3 – Brasil Bolsa Balcão.

O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A coluna “Recebimentos/Pagamentos” mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e a coluna “Receita/Despesa” mostra o efeito reconhecido no resultado financeiro, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos nesse exercício:

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Controladora		Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
				Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Dez./2017	Dez./2016		
<u>BTG 2017 - 1ºSem (*)</u> Swap de variação cambial + cupom - CDI	7.526	Jun./2017	Associado à variação cambial	(1.772)	(186)	-	(1.568)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>Safra 2017 - 2ºSem (*)</u> Swap de variação cambial + cupom - CDI	6.662	Dez./2017	Associado à variação cambial	(1.017)	(495)	-	(429)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>Itaú 2018 - 1ºSem (*)</u> Swap de variação cambial + cupom - CDI	1.261	Jun./2018	Associado à variação cambial	-	(79)	(13)	34	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
<u>BR Partners 2018 - 2ºSem (*)</u> Swap de variação cambial + cupom - CDI	494	Dez./2018	Associado à variação cambial	-	(13)	2	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Total				<u>(2.789)</u>	<u>(773)</u>	<u>(11)</u>	<u>(1.963)</u>		

(*) A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos; tais operações não são utilizadas para fins especulativos.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
						Dez./2017	Dez./2016		
BTG 2017 - 1ºSem (*) Swap de variação cambial + cupom - CDI	10.717	Jun./2017	Associado à variação cambial	(2.539)	(281)	-	(2.239)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Safrá 2017 - 2ºSem (*) Swap de variação cambial + cupom - CDI	9.513	Dez./2017	Associado à variação cambial	(1.465)	(721)	-	(620)	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Itaú 2018 - 1ºSem (*) Swap de variação cambial + cupom - CDI	3.772	Jun./2018	Associado à variação cambial	-	(239)	(63)	37	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
BR Partners 2018 - 2ºSem (*) Swap de variação cambial + cupom - CDI	3.223	Dez./2018	Associado à variação cambial	-	(85)	(34)	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Total				<u>(4.004)</u>	<u>(1.326)</u>	<u>(97)</u>	<u>(2.822)</u>		

(*) A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos; tais operações não são utilizadas para fins especulativos.

b.2) Demais instrumentos financeiros

Com base nas projeções de taxas de juros e moedas da B3 – Brasil Bolsa Balcão, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação.

Empréstimos, financiamentos e debêntures - foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas e taxas de juros da B3 – Brasil Bolsa Balcão, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas, a B3 – Brasil Bolsa Balcão; não foram considerados o risco de crédito próprio nem eventual *spread* bancário por serem considerados irrelevantes.

Dessa forma, o valor de mercado de um título corresponde a seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento da parcela, obtido na curva de juros de mercado em reais.

Aplicações financeiras - as aplicações financeiras em fundos de investimento estão sendo apresentadas pelo seu valor justo, dada à classificação de valor justo por meio do resultado, conforme demonstrado anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos, apresentados apenas para fins de demonstração, eram:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017 - Reapresentado*		31.12.2017 - Reapresentado*	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	221.462	221.462	270.731	270.731
Contas a receber	54.353	54.353	96.252	96.252
Precatórios a receber	-	-	5.236	5.236
Total	<u>275.815</u>	<u>275.815</u>	<u>372.219</u>	<u>372.219</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017 - Reapresentado*		31.12.2017 - Reapresentado*	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos	165.928	180.981	173.600	188.672
Debêntures	59.498	66.177	59.498	66.177
Fornecedores	44.080	44.080	74.608	74.608
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	113	113	113	113
Obrigações com poder concedente	833.492	900.513	951.479	1.018.309
Precatórios a pagar	-	-	4.189	4.189
Total	<u>1.103.111</u>	<u>1.191.864</u>	<u>1.263.487</u>	<u>1.352.068</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

c) Risco de mercado

As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

c.1) Risco cambial

As transações atreladas às moedas estrangeiras, dólar norte-americano e o euro, encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com valorização do dólar em relação ao real de 1,5% e valorização do euro em relação ao real de 15,4%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2016.

Exposição cambial

	Controladora	Moeda da transação
	Valor (em R\$)	
Empréstimos e financiamentos	1.703	US\$
(-) Instrumentos de <i>hedge</i>	<u>(1.770)</u>	US\$
Exposição líquida	<u>(67)</u>	

	Consolidado Valor (em R\$)	Moeda da transação
Empréstimos e financiamentos	2.574	€
Empréstimos e financiamentos	4.661	US\$
(-) Instrumentos de <i>hedge</i>	(7.047)	US\$
Exposição líquida	<u>188</u>	

A política da Companhia é gerenciar suas exposições considerando os fluxos previstos para o período subsequente de 12 meses, em média. Assim, a exposição líquida apresentada anteriormente refere-se às amortizações superiores ao período estipulado na política.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, e a Administração os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas. Além desse cenário, a CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento ou redução de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2017. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

		Controladora				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldo patrimonial</u>						
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	US\$/€	1.703	2.135	2.566	1.272	841
Swap - (ganho) / perda	US\$/CDI	<u>99</u>	<u>(352)</u>	<u>(803)</u>	<u>550</u>	<u>1.001</u>
Saldo líquido		1.802	1.783	1.763	1.822	1.842
Taxas:						
US\$		3,31	4,14	4,96	2,48	1,65
€		3,97	4,96	5,95	2,98	1,98
		Consolidado				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldo patrimonial</u>						
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	US\$/€	7.235	9.056	10.877	5.414	3.593
Swap - (ganho) / perda	US\$/CDI	<u>344</u>	<u>(1.446)</u>	<u>(3.237)</u>	<u>2.135</u>	<u>3.926</u>
Saldo líquido		7.579	7.610	7.640	7.549	7.519
Taxas:						
US\$		3,31	4,14	4,96	2,48	1,65
€		3,97	4,96	5,95	2,98	1,98

c.2) Risco de juros

A seguir estão sendo apresentados os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	221.462	113.406	270.731	192.557
Instrumentos financeiros derivativos	<u>2</u>	<u>34</u>	<u>2</u>	<u>37</u>
Total	<u>221.464</u>	<u>113.440</u>	<u>270.733</u>	<u>192.594</u>
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos	165.928	70.471	173.600	87.351
Debêntures	59.498	142.483	59.498	142.483
Instrumentos financeiros derivativos	13	1.997	99	2.859
Obrigações com poder concedente	<u>833.492</u>	<u>830.671</u>	<u>951.479</u>	<u>932.002</u>
Total	<u>1.058.931</u>	<u>1.045.622</u>	<u>1.184.676</u>	<u>1.164.695</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A parte passiva das obrigações com poder concedente está exposta ao risco de flutuação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M e Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das informações trimestrais. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

		Controladora – Reapresentado*				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável I</u>	<u>Cenário II (+) 25%</u>	<u>Cenário III (+) 50%</u>	<u>Cenário IV (-) 25%</u>	<u>Cenário V (-) 50%</u>
<u>Saldos patrimoniais</u>						
Ativos financeiros:						
Aplicações financeiras	CDI	193.999	198.389	202.779	189.609	185.219
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	CDI	163.828	164.680	165.524	162.970	162.104
Debêntures	CDI	59.498	59.944	60.384	59.048	58.593
Obrigações com poder concedente	IGP-M	827.483	911.066	927.783	877.633	860.916
Obrigações com poder concedente	INPC	6.009	6.202	6.241	6.125	6.086
Dívida líquida		862.819	943.503	957.153	916.167	902.480
Taxas:						
CDI		6,89	8,61	10,34	5,17	3,45
IGP-M		4,39	5,49	6,59	3,29	2,20
INPC		3,96	4,95	5,94	2,97	1,98

* Conforme nota explicativa nº 5

		Consolidado - Reapresentado*				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável I</u>	<u>Cenário II (+) 25%</u>	<u>Cenário III (+) 50%</u>	<u>Cenário IV (-) 25%</u>	<u>Cenário V (-) 50%</u>
<u>Saldos patrimoniais</u>						
Ativos financeiros:						
Aplicações financeiras	CDI	241.638	247.044	252.451	236.232	230.825
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	CDI	163.828	164.680	165.524	162.970	162.104
Debêntures	CDI	59.498	59.944	60.384	59.048	58.593
Obrigações com poder concedente	IGP-M	945.470	1.028.814	1.045.482	995.477	978.808
Obrigações com poder concedente	INPC	6.009	6.202	6.241	6.125	6.086
Dívida líquida		933.167	1.012.596	1.025.180	987.388	974.766
Taxas:						
CDI		6,89	8,61	10,34	5,17	3,45
IGP-M		4,39	5,49	6,59	3,29	2,20
INPC		3,96	4,95	5,94	2,97	1,98

* Conforme nota explicativa nº 5

d) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$13.943, representando 12,65% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2016, essa provisão era de R\$15.795, equivalente a 15,52%.

Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	Reapresentado*			
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	221.462	113.406	270.731	192.557
Contas a receber	54.353	53.236	96.252	85.999
Dividendos a receber	1.998	1.758	-	-
Precatórios a receber	-	-	5.236	5.136
Outros valores a receber	-	5.976	-	5.976
Total	<u>277.813</u>	<u>174.376</u>	<u>372.219</u>	<u>289.668</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	Controladora – Reapresentado*					
	Saldo contábil	Fluxo de pagamento				
	31.12.2017	Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	165.928	187.137	120.203	66.895	39	-
Debêntures	59.498	57.500	57.500	-	-	-
Fornecedores	44.080	44.080	29.059	15.021	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	113	113	113	-	-	-
Obrigações com poder concedente	<u>833.492</u>	<u>1.666.501</u>	<u>107.883</u>	<u>141.537</u>	<u>141.537</u>	<u>1.275.544</u>
Total	<u>1.103.111</u>	<u>1.955.331</u>	<u>314.758</u>	<u>223.453</u>	<u>141.576</u>	<u>1.275.544</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

	Consolidado – Reapresentado*					
	Saldo contábil 31.12.2017	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Empréstimos e financiamentos	173.600	194.943	127.456	67.448	39	-
Debêntures	59.498	57.500	57.500	-	-	-
Fornecedores	74.608	74.608	59.587	15.021	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	113	113	113	-	-	-
Obrigações com poder concedente	951.479	1.844.212	118.455	162.680	162.680	1.400.398
Precatórios a pagar	4.189	4.189	4.189	-	-	-
Total	<u>1.263.487</u>	<u>2.175.565</u>	<u>367.300</u>	<u>245.149</u>	<u>162.719</u>	<u>1.400.398</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

f) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais, como também o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital (*Weighted Average Cost of Capital - WACC*).

A dívida em relação ao capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a seguir:

	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
	Reapresentado*	Reapresentado*
Total dos passivos circulante e não circulante	1.239.114	1.218.120
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	<u>(221.462)</u>	<u>(113.406)</u>
Dívida líquida	<u>1.017.652</u>	<u>1.104.714</u>
Total do patrimônio líquido	1.330.820	1.336.595
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,76468	0,82651

* Conforme nota explicativa nº 5

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
	Reapresentado*	Reapresentado*
Total dos passivos circulante e não circulante	1.433.870	1.395.390
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	<u>(270.731)</u>	<u>(192.557)</u>
Dívida líquida	<u>1.163.139</u>	<u>1.202.833</u>
 Total do patrimônio líquido	 1.330.820	 1.336.595
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,87400	0,89992

* Conforme nota explicativa nº 5

30. EFEITOS NÃO CAIXA

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Aumento do intangível das obrigações com poder concedente	<u>(7.997)</u>	<u>(170.623)</u>	<u>(30.140)</u>	<u>(186.382)</u>
Transações das atividades de investimentos	<u>(7.997)</u>	<u>(170.623)</u>	<u>(30.140)</u>	<u>(186.382)</u>

31. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
<u>Filial - Tecon Imbituba</u>			
Seguro de Operador Portuário - SOP:			Março/2018
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	16.000	US\$	
Armazenagem em galpões de vinilona	5.000	US\$	
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2018
	100% tabela		
Casco	FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	75	R\$	
Danos corporais a terceiros	100	R\$	
Danos morais	20	R\$	

Controladora e Consolidado			
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2018
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Filial - Tecon Santos</u>			
SOP:			Março/2018
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	17.850	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Transporte de passageiros em embarcações (RC) e danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço	4.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2018
	100% tabela		
Casco	FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	75	R\$	
Danos corporais a terceiros	100	R\$	
Danos morais	20	R\$	
<u>Santos Brasil Logística</u>			
SOP:			Março/2018
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	20.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Responsabilidade civil ampla para CD - São Bernardo do Campo	50.000	US\$	
Responsabilidade civil ampla para CD - Jaguaré	50.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Transporte Rodoviário de Carga - RCTR-C	10.000	R\$	Junho/2018
Furto e desvio de carga - RCF-DC	10.000	R\$	Junho/2018
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2018
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos pessoais a terceiros	700	R\$	
Danos morais	90	R\$	
<u>Convicon</u>			
SOP:			Março/2018
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	7.600	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2018
	100% tabela		
Casco	FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	5	R\$	
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos corporais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2018
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Terminal de Veículos</u>			
SOP:			Março/2018
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	1.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
<u>Institucional</u>			
Responsabilidade civil - Administradores e diretores	40.000	R\$	Junho/2018
Riscos nomeados - escritórios Santos e São Paulo	4.329	R\$	Abril/2018

32. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$1.070 (R\$1.295 em 31 de dezembro de 2016), as quais não estavam contabilizadas nestas informações trimestrais.

33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações a seguir que integram esta nota explicativa, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento.

A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As políticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme nota explicativa nº 4.

Segmentos operacionais

Terminais Portuários de Contêineres, representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio: (a) Tecon Santos; (b) Tecon Imbituba, incluindo o Terminal de Carga Geral; e (c) Tecon Vila do Conde, cujos contextos operacionais estão descritos nas notas explicativas nº 1.a), nº 1.b) e nº 1.e). Suas atividades são as de operador portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária, incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais.

A agregação dos terminais portuários de contêineres é efetuada por tratar-se de unidades de características econômicas semelhantes e, também, por terem semelhantes: (a) a natureza dos processos de produção; (b) o tipo ou a categoria de clientes de seus serviços; (c) os métodos usados para prestar os serviços; e (d) a natureza do ambiente regulatório.

Logística, com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Imbituba, cujo contexto operacional está descrito na nota explicativa nº 1.c), engloba, também, as atividades de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres.

Terminal de Veículos, com unidade de negócio no Porto de Santos e com histórico descrito na nota explicativa nº 1.d), engloba as atividades de embarque e desembarque de veículos em navios do fluxo comercial de exportação e importação e as atividades de pátio, principalmente armazenagem alfandegada.

Demonstrações

Demonstração do resultado até o EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA), representando o desempenho operacional das unidades, retratado pelas contas contábeis sob gestão direta dos administradores. Nessa demonstração também é apresentado o *Earnings Before Interest and Taxes* - EBIT.

Demonstração do capital empregado, representando as contas contábeis dos ativos operacionais, líquidos dos passivos relacionados aos créditos da operação, sob gestão direta dos administradores das unidades.

Em complemento às informações dos segmentos operacionais, estão destacadas em coluna própria nas demonstrações as informações das atividades institucionais que não podem ser atribuídas aos segmentos operacionais, ou seja, os valores relacionados: (a) à administração central; (b) à gestão financeira; e (c) aos tributos diretos sobre o lucro.

A seguir, as demonstrações citadas para os exercícios a que se referem estas demonstrações contábeis.

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2017

<u>Contas</u>	<u>Terminais</u> <u>Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal</u> <u>de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
	Reapresentado*		Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*
Receita operacional bruta	673.257	233.051	60.844	-	(14.068)	953.084
Deduções da receita	<u>(80.000)</u>	<u>(42.887)</u>	<u>(7.446)</u>	-	<u>1.301</u>	<u>(129.032)</u>
Receita operacional líquida	593.257	190.164	53.398	-	(12.767)	824.052
Custo dos serviços prestados	(474.183)	(144.478)	(40.467)	-	12.767	(646.361)
Custos variáveis/fixos	<u>(376.673)</u>	<u>(130.695)</u>	<u>(25.867)</u>	-	<u>12.767</u>	<u>(520.468)</u>
Depreciação/amortização	<u>(97.510)</u>	<u>(13.783)</u>	<u>(14.600)</u>	-	-	<u>(125.893)</u>
Lucro bruto	<u>119.074</u>	<u>45.686</u>	<u>12.931</u>	-	-	<u>177.691</u>
Despesas operacionais	(49.713)	(49.929)	(1.271)	(45.188)	-	(146.101)
Despesas com vendas	(39.514)	(44.100)	(864)	-	-	(84.478)
Despesas gerais e administrativas	(23.880)	(8.062)	(539)	(38.532)	-	(71.013)
Depreciação/amortização	(236)	(52)	-	(6.801)	-	(7.089)
Outras	<u>13.917</u>	<u>2.285</u>	<u>132</u>	<u>145</u>	-	<u>16.479</u>
EBIT	69.361	(4.243)	11.660	(45.188)	-	31.590
Depreciação/amortização	97.746	13.835	14.600	6.801	-	132.982
EBITDA (LAJIDA)	167.107	9.592	26.260	(38.387)	-	164.572
Resultado financeiro	-	-	-	(62.765)	-	(62.765)
Equivalência patrimonial	-	-	-	41.806	(41.806)	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	<u>25.854</u>	-	<u>25.854</u>
Lucro líquido	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>(5.321)</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2016

<u>Contas</u>	<u>Terminais</u> <u>Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal</u> <u>de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
	Reapresentado*		Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*
Receita operacional bruta	744.398	184.882	42.927	-	(15.532)	956.675
Deduções da receita	<u>(88.425)</u>	<u>(34.009)</u>	<u>(6.433)</u>	-	<u>1.437</u>	<u>(127.430)</u>
Receita operacional líquida	655.973	150.873	36.494	-	(14.095)	829.245
Custo dos serviços prestados	(505.735)	(140.265)	(31.686)	-	14.095	(663.591)
Custos variáveis/fixos	<u>(410.833)</u>	<u>(125.697)</u>	<u>(17.752)</u>	-	<u>14.095</u>	<u>(540.187)</u>
Depreciação/amortização	<u>(94.902)</u>	<u>(14.568)</u>	<u>(13.934)</u>	-	-	<u>(123.404)</u>
Lucro bruto	<u>150.238</u>	<u>10.608</u>	<u>4.808</u>	-	-	<u>165.654</u>
Despesas operacionais	(51.732)	(35.513)	1.023	(47.201)	-	(133.423)
Despesas com vendas	(38.482)	(27.970)	(692)	-	-	(67.144)
Despesas gerais e administrativas	(24.552)	(9.837)	(1.339)	(41.155)	-	(76.883)
Depreciação/amortização	(322)	(58)	-	(7.179)	-	(7.559)
Outras	<u>11.624</u>	<u>2.352</u>	<u>3.054</u>	<u>1.133</u>	-	<u>18.163</u>
EBIT	98.506	(24.905)	5.831	(47.201)	-	32.231
Depreciação/amortização	95.224	14.626	13.934	7.179	-	130.963
EBITDA (LAJIDA)	193.730	(10.279)	19.765	(40.022)	-	163.194
Resultado financeiro	-	-	-	(66.643)	-	(66.643)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(10.282)	10.282	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	<u>6.495</u>	-	<u>6.495</u>
Lucro líquido	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>(27.917)</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

Em 31 de dezembro de 2017, as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$151.839 (R\$141.058 em 31 de dezembro de 2016), equivalentes a 22,6% do total da receita bruta consolidada.

Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2017

<u>Contas</u>	<u>Terminais</u> <u>Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal</u> <u>de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
	Reapresentado*		Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	<u>90.281</u>	<u>29.280</u>	<u>8.124</u>	<u>279.189</u>	<u>(3.460)</u>	<u>403.414</u>
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	270.731	-	270.731
Outros	90.281	29.280	8.124	8.458	(3.460)	132.683
Ativo não circulante	<u>1.768.175</u>	<u>156.399</u>	<u>251.192</u>	<u>541.383</u>	<u>(355.873)</u>	<u>2.361.276</u>
Outros	248.368	6.354	46	62.246	-	317.014
Investimento	-	-	-	355.873	(355.873)	-
Imobilizado	51.985	110.332	601	34.317	-	197.235
Intangível	1.467.822	39.713	250.545	88.947	-	1.847.027
Passivo circulante	<u>(67.504)</u>	<u>(31.154)</u>	<u>(5.884)</u>	<u>(3.321)</u>	<u>3.460</u>	<u>(104.403)</u>
Fornecedores	(34.700)	(22.544)	(4.902)	(136)	2.695	(59.587)
Outros	(32.804)	(8.610)	(982)	(3.185)	765	(44.816)
Passivo não circulante	<u>(91.725)</u>	<u>(3.584)</u>	<u>(107)</u>	<u>(15.482)</u>	<u>-</u>	<u>(110.898)</u>
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(34.071)	(3.584)	(107)	-	-	(37.762)
Outros	<u>(42.633)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.482)</u>	<u>-</u>	<u>(58.115)</u>
Total	<u>1.699.227</u>	<u>150.941</u>	<u>253.325</u>	<u>801.769</u>	<u>(355.873)</u>	<u>2.549.389</u>
<u>Fontes de capital</u>						
Passivo circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>237.924</u>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	172.042
Dividendos/Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	113
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	65.769
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>980.645</u>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	61.056
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	885.710
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	33.879
Patrimônio líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.330.820</u>
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.339.454
Passivo atuarial	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.634)</u>
Total	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>2.549.389</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2016

<u>Contas</u>	<u>Terminais</u> <u>Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal</u> <u>de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
	Reapresentado*		Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*	Reapresentado*
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	<u>90.177</u>	<u>22.157</u>	<u>8.071</u>	<u>201.583</u>	<u>(3.525)</u>	<u>318.463</u>
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	192.557	-	192.557
Outros	90.177	22.157	8.071	9.026	(3.525)	125.906
Ativo não circulante	<u>2.013.446</u>	<u>169.182</u>	<u>76.000</u>	<u>548.595</u>	<u>(393.701)</u>	<u>2.413.522</u>
Outros	238.398	6.475	53	27.760	-	272.686
Investimento	-	-	-	393.701	(393.701)	-
Imobilizado	64.409	122.793	6.036	31.528	-	224.766
Intangível	1.710.639	39.914	69.911	95.606	-	1.916.070
Passivo circulante	<u>(72.867)</u>	<u>(21.893)</u>	<u>(4.292)</u>	<u>(5.994)</u>	<u>3.525</u>	<u>(101.521)</u>
Fornecedores	(39.178)	(14.095)	(3.405)	(141)	2.646	(54.173)
Outros	(33.689)	(7.798)	(887)	(5.853)	879	(47.348)
Passivo não circulante	<u>(90.083)</u>	<u>(3.301)</u>	<u>(81)</u>	<u>(17.449)</u>	<u>-</u>	<u>(110.914)</u>
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(37.989)	(3.301)	(81)	-	-	(41.371)
Outros	<u>(37.073)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.449)</u>	<u>-</u>	<u>(54.522)</u>
Total	<u>1.940.673</u>	<u>166.145</u>	<u>79.698</u>	<u>726.735</u>	<u>(393.701)</u>	<u>2.519.550</u>
<u>Fontes de capital</u>						
Passivo circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>209.935</u>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	163.414
Dividendos/Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	113
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	46.408
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>973.020</u>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	66.420
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	885.594
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	21.006
Patrimônio líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.336.595</u>
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.338.827
Passivo atuarial	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.232)</u>
Total	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>2.519.550</u>

* Conforme nota explicativa nº 5

Conselho de Administração

Verônica Valente Dantas (Presidente)
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim (Vice-Presidente)
Valdecyr Maciel Gomes
Eduardo de Britto Pereira de Azevedo
Ricardo Schenker Wajnberg (Independente)
José Luis Bringel Vidal (Independente)
Felipe Villela Dias (Independente)

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente
Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Marcos de Magalhães Tourinho - Diretor Comercial
Marlos da Silva Tavares - Diretor de Operações

Conselho Fiscal

Gilberto Braga (Presidente)
Leonardo Guimarães Pinto
Luís Fernando Moran de Oliveira

Thiago Otero Vasques – CRC nº 1 SP 238735/O-0
Contador